



**FLOREST**  
CONSULTORIA E ENGENHARIA



CIMENTO  
**NACIONAL**

## **ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL**

**TOMO IV – MEIO ANTRÓPICO**

**PROJETO FAZENDA FUGIDA  
CAAPORÃ/PB  
JUNHO/2019**



## SUMÁRIO – TOMO IV – MEIO ANTRÓPICO

1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	7
2	CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO .....	10
2.1	A Microrregião do Litoral Sul .....	10
2.2	O Município de Caaporã – Paraíba .....	12
2.2.1	Breve Histórico de Ocupação .....	12
2.2.2	Formação Administrativa .....	13
2.2.3	Localização e Acesso .....	14
3	DINÂMICA POPULACIONAL .....	16
3.1	Aspectos Demográficos .....	16
3.2	Uso e ocupação do solo e distribuição espacial da população .....	19
4	ATIVIDADES ECONÔMICAS E DINÂMICAS PRODUTIVAS.....	22
4.1	Caracterização Da Economia, Emprego E Renda .....	22
4.2	Atividades Produtivas Rurais .....	32
4.3	Percepção da População em Relação ao Empreendimento .....	37
4.4	Possíveis Conflitos No Uso Do Solo Na Área De Impacto Direto E De Impacto Indireto Do Empreendimento .....	41
4.5	Cadeias Produtivas Locais Que Sofrerão Impactos Negativos Com a Instalação e Operação do Empreendimento.....	42
5	QUALIDADE DE VIDA E INFRAESTRUTURA.....	42
5.1	Índice De Desenvolvimento Humano E Índice De Desenvolvimento Humano Municipal Em Caaporã. ....	42
5.2	Condições de Saneamento Básico. ....	46
5.2.1	Abastecimento e Uso da Água. ....	48
5.2.2	Esgotamento Sanitário .....	50
5.2.3	Destino dos resíduos sólidos .....	51
6	INFRAESTRUTURA SOCIAL .....	52
6.1	Principais Receitas E Investimentos Municipais .....	52
6.2	Educação .....	52
6.3	Saúde.....	67
6.4	Assistência Social .....	76
6.5	Políticas de Inclusão Produtiva .....	81
6.6	Infraestrutura .....	82
7	ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA.....	84
8	PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL EM CAAPORÃ .....	88
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93



**FLOREST**  
CONSULTORIA E ENGENHARIA

10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....94



## ÍNDICE – TABELAS

Tabela 1: População residente em Caaporã, por sexo, situação e grupos de idade.	19
Tabela 2: Área de assentamento – Caaporã.....	21
Tabela 3: Renda, Pobreza e Desigualdade – Caaporã (1991, 2000 e 2010) .....	27
Tabela 4: Crescimento do IDH-M Caaporã - 1991 e 2010 .....	45
Tabela 5: Quantitativo de matrículas na rede pública de ensino de Caaporã .....	60
Tabela 6: Quantitativo de matrículas da educação especial na rede pública de ensino de Caaporã.....	61
Tabela 7: Recursos Humanos no SUS – Caaporã 2009 .....	68
Tabela 8: Estabelecimentos prestadores de assistência à saúde – Caaporã. ....	69
Tabela 9: Número de leitos por prestador e especialidade – Caaporã.....	70
Tabela 10: Número de leitos complementares – Caaporã. ....	70
Tabela 11: Mortalidade proporcional por faixa etária e grupo de causas - Caaporã .	72
Tabela 12: Indicadores de Mortalidade – Caaporã.....	72
Tabela 13: Taxa de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – Caaporã.....	74
Tabela 14: População em situação de extrema pobreza por faixa etária .....	78
Tabela 15: Benefícios do Programa Bolsa Família por tipo em Caaporã (fev/2019).	80



## ÍNDICE – FIGURAS

Figura 1: Localização da Microrregião do Litoral Sul no mapa do Estado da Paraíba .....	10
Figura 2: Proporção de habitantes por sexo na Microrregião do Litoral Sul da Paraíba.....	11
Figura 3: Igreja de Sao Sebastião .....	13
Figura 4: Mapa rodoviário - Caaporã.....	15
Figura 5: Informações demográficas do município de Caaporã .....	16
Figura 6: 1991- Pirâmide Etária – Caaporã - Distribuição por sexo, segundo os grupos de idade.....	17
Figura 7: 2000 - Pirâmide Etária – Caaporã - Distribuição por sexo, segundo os grupos de idade.....	17
Figura 8: 2010 - Pirâmide Etária – Caaporã - Distribuição por sexo, segundo os grupos de idade.....	17
Figura 9: Taxa de crescimento anual por área – 2000 e 2010 .....	18
Figura 10: Distribuição espacial da população .....	20
Figura 11: Espacialização dos assentamentos e imóveis cadastrados no INCRA.....	22
Figura 12: Proporção de moradores de Caaporã segundo a condição de ocupação - 1991/2010 .....	21
Figura 13: Produto Interno Bruto - Caaporã .....	23
Figura 14: Participação dos setores econômicos do PIB de Caaporã em 2009.....	23
Figura 15: Pessoas de 10 Anos ou mais ocupadas por posição - Caaporã .....	24
Figura 16: População Economicamente Ativa – Caaporã .....	25
Figura 17: Distribuição da população ocupada por grupos .....	26
Figura 18: Distribuição de pessoas ocupadas por classe de rendimento - 2010 .....	27
Figura 19: Total de famílias e pessoas por faixa de renda no Cadastro Único .....	29
Figura 20: Quadro geral de benefícios do Programa Bolsa Família – Caaporã. ....	29
Figura 21: BPC e RMV em Caaporã - 2018 .....	31
Figura 22: Quantidade de agricultores com DAP .....	32



Figura 23: Principais Produtos Agrícolas do município de Caaporã– 2011.....	33
Figura 24: Plantação de cana-de-açúcar no entorno da cidade de Caaporã. ....	34
Figura 25: Mapa da exploração de cana-de-açúcar no Estado da PB .....	35
Figura 26: Produção Pecuária Municipal – Caaporã – 2011. ....	36
Figura 27: Evolução do IDH-M - Caaporã .....	45
Figura 28: Evolução comparada do IDH-M - Caaporã .....	46
Figura 29: Percentual de saneamento básico nos domicílios - 2010 .....	48
Figura 30: Condições e acesso à água, energia e coleta de lixo (urbano).....	51
Figura 31: Percentual das despesas do município de Caaporã - 2009 .....	52
Figura 32: Fluxo escolar por faixa etária - Caaporã .....	53
Figura 33: Percentual de crianças atendidas na rede educacional por faixa etária – 2010. ....	54
Figura 34: Percentual de crianças não atendidas na rede educacional por faixa etária – 2010. ....	54
Figura 35: Metas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – 2009 a 2021. ....	55
Figura 36: Frequência escolar de 6 a 14 anos – Caaporã – 2010.....	57
Figura 37: Frequência escolar de 15 a 17 anos – Caaporã - 2010 .....	57
Figura 38: Frequência escolar de 18 a 24 anos – Caaporã - 2010 .....	58
Figura 39: Evolução das taxas de escolaridade – Caaporã. ....	59
Figura 40: Fluxo escolar por faixa etária – Caaporã.....	62
Figura 41: Escolaridade em Caaporã.....	63
Figura 42: Taxas de analfabetismo nas diferentes regiões do Brasil. ....	64
Figura 43: Escola Municipal em Caaporã.....	66
Figura 44: Mortalidade Proporcional – Caaporã.....	73
Figura 45: Principais causas de morbidade hospitalar – Caaporã. ....	74
Figura 46: Principais Causas Externas De Óbito – Caaporã.....	75
Figura 47: Mapa da Rede de Serviços Socioassistenciais de Caaporã. ....	79



Figura 48: Rede Socioassistencial do SUAS em Caaporã.....	81
Figura 49: Equipamentos de SAN em Caaporã. ....	82
Figura 50: Sindicato dos Trabalhadores Rurais .....	84
Figura 51: Unidade de oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.....	85
Figura 52: Secretaria Municipal de Saúde .....	85
Figura 53: Prefeitura Municipal de Caaporã.....	86
Figura 54: Fórum Municipal de Caaporã. ....	86
Figura 55: Secretaria Municipal de Educação de Caaporã. ....	87
Figura 56: Centro de Referência Especializado de Assistência Social .....	87
Figura 57: Sede da Fazenda Tabu em 1850 e atualmente. ....	89
Figura 58: Procissão Fluvial de São Pedro – Porto de Gongaçari. ....	90
Figura 59: Maracatu de Capissura .....	92





## 1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Através da apresentação de um conjunto de indicadores sobre características demográficas, econômicas, sociais e da gestão do Município de Caaporã, objetiva-se subsidiar a elaboração do relatório no tocante a aspectos relacionados ao meio antrópico do território investigado. Conhecer as tendências de crescimento da população, aspectos sobre a dinâmica produtiva, ocupação, trabalho, prestação de serviços, agricultura familiar, os desafios e avanços quanto à questão da pobreza, educação e saúde, assim como a capacidade de financiamento e gestão do município, se concebe como etapa fundamental para elaboração de um diagnóstico de análise multitemática tendo em vista a elaboração de Relatório de Impacto Ambiental.

A investigação acerca de aspectos relacionados ao meio antrópico, etapa componente do Relatório de Impacto Ambiental, se deu através da realização das etapas descritas a seguir.

A partir do acesso aos itens constantes no termo de referência foi possível a elaboração de um Plano de Trabalho através da instrumentalização de ferramentas de pesquisa e mapeamento de dados de acordo com os objetivos propostos. Através do acesso a pesquisas, sites de consulta de informações e dados públicos (documentos, mapeamentos, diagnósticos, estudos e relatórios junto a órgãos governamentais e não governamentais estaduais e municipais com referência no território) foi possível a realização de levantamento informativo inicial, a exposição e tabulação de informações, análise e discussão dos dados acessados.

Com base no levantamento inicial de informações e dados secundários, foram elaborados instrumentos de pesquisa para a obtenção de dados primários em vista de possibilitar o planejamento das atividades do trabalho de campo. Através da elaboração e aplicação de questionários e organização de roteiro de entrevistas nos foi viabilizada a familiarização com aspectos relativos à organização social do território. E através da atuação e da realização de pesquisa *in loco* nos foi possível identificar e compreender aspectos relativos à dinâmica de funcionamento de





instituições públicas e organizações, além da percepção da população em geral residente no município de Caaporã.

O levantamento de informações se encontram referenciados a partir do acesso aos dados secundários disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), coletados na realização do Censo Demográfico das décadas de 1980, 2000 e 2010. Os dados socioeconômicos foram obtidos em bases estatísticas de domínio público, tais como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Ministério da Saúde (DataSUS). Além de referências disponíveis no diagnóstico territorial do Plano de Atividades Produtivas elaborado pelo SEBRAE (DataSEBRAE), do Anuário Estatístico do Estado da Paraíba 2010 e do Perfil Municipal de Caaporã (2008) elaborado pelo Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba (IDEME).

A aplicação dos instrumentos de coleta de dados primários, requeridas no termo de referência, se deu por intermédio da realização das atividades de campo. Através dessa pesquisa foi possível reconhecer a área almejada pelo novo empreendimento, além da familiarização com a dinâmica de funcionamento das secretarias municipais através de entrevistas junto a representantes das secretarias de infraestrutura, saúde, educação e meio ambiente, além de agentes locais e produtores rurais do território.

Com relação aos dados obtidos através da realização de atividades de campo, destacamos neste relatório aspectos ligados à percepção dos impactos ambientais e projeções acerca dos desdobramentos esperados pela população local dado a futura atividade mineradora no território investigado. A focalização atribuída ao território se fundamenta pela necessidade de apreensão das especificidades do espaço investigado ao passo que situa suas particularidades em relação a outros espaços e realidades sociais diversas. Pois:



“Nenhum lugar pode acolher nem todas nem as mesmas variáveis, nem os mesmos elementos nem as mesmas combinações. Por isso, cada lugar é singular, e uma situação não é semelhante a qualquer outra. Cada lugar combina de maneira particular variáveis que podem, muitas vezes, ser comuns a vários lugares”. (SANTOS, 1988, pg.58).

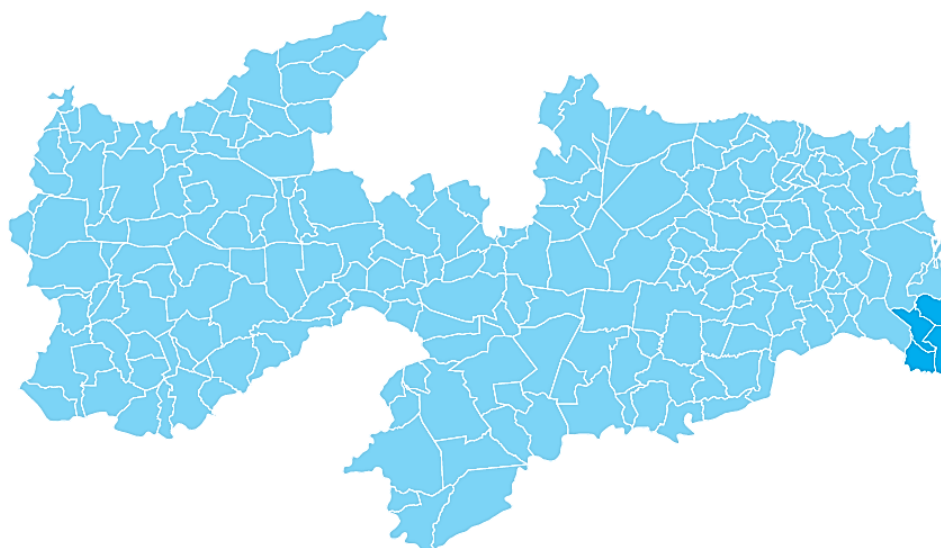
Após o acesso, tabulação, interpretação e sistematização dos dados coletados *in loco*, nos foi possível realizar a exposição, análise e discussão sobre as informações qualitativas e quantitativas que compõem o Relatório do Meio Antrópico.

## 2 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

### 2.1 A Microrregião do Litoral Sul

A microrregião do litoral sul da Paraíba, onde se situa a cidade de Caaporã, é composta por outros três municípios; Pitimbu, Caaporã e Conde. Compreendendo uma população total de 82.419 habitantes distribuídos em uma área de 870 Km<sup>2</sup>, de acordo com o último censo demográfico do IBGE (2010). Dado que nos revela uma densidade demográfica de 94,8 hab./km<sup>2</sup>. A figura abaixo ilustra a localização da Microrregião do Litoral Sul no Estado da Paraíba:

Figura 1: Localização da Microrregião do Litoral Sul no mapa do Estado da Paraíba

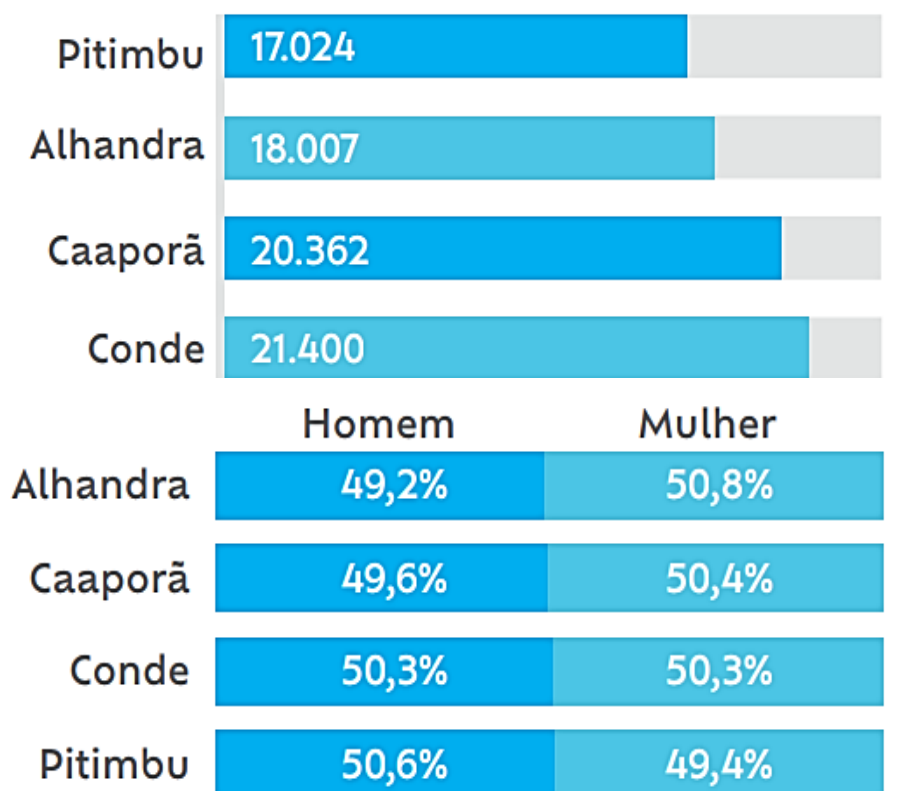


Fonte: DataSEBRAE, 2010

Um estudo realizado pelo DataSebrae em 2010, com dados de referência do mesmo ano, revela que os 4 municípios que compreendem a microrregião respondiam por 2,0% da população total do estado da Paraíba, com aproximadamente 76 mil habitantes, composta em sua maioria por mulheres (50,1%), como ilustrado na figura abaixo:



Figura 2: Proporção de habitantes por sexo na Microrregião do Litoral Sul da Paraíba.



Fonte: DATA SEBRAE, 2010.

Os dados expostos demonstram uma concentração considerável de habitantes nessa região, visto que a densidade demográfica do estado da Paraíba no Censo IBGE de 2010 foi estimada em 66,70 hab/km<sup>2</sup>, bem abaixo da densidade encontrada na região, o que pode ser atribuído a localização razoavelmente próxima à região metropolitana de João Pessoa e da cidade de Goiana, Estado de Pernambuco, além do fato de possuir duas bacias hidrográficas inseridas em seu território, não muito extenso. As bacias do rio Gramame e Abiaí, oferecem disponibilidade de água, fato que atrai a população, seja pela qualidade de vida ou tendo em vista o estabelecimento de atividades produtivas para a produção agrícola e pesqueira.



## **2.2 O Município de Caaporã – Paraíba**

### **2.2.1 Breve Histórico de Ocupação**

O atual município de Caaporã foi conhecido no passado como “Boca do Mato”, denominação essa, originária de linguagem indígena; “Caa-Doca e Porã-Mato”. Sabe-se, que Boca do Mato pertencia ao Sr. José de Sá e ao Coronel Monteiro. Por volta de 1843, o local fazia parte de uma vereda por onde passavam viajantes procedentes de Goiana com destino às praias de Pitimbu e Acaú. Situava-se na região da Fazenda Tabu, de propriedade da família Lundgren, do Rio Tinto. Com o passar dos anos foram sendo construídas casas à margem da vereda, razão porque Caaporã é hoje uma cidade longitudinal, leste à costa, com aproximadamente 03 quilômetros de extensão.

Em relação ao processo de fundação do povoado de Caaporã, registra-se que em 1800, o distrito de Caaporã, antes conhecido como “Boca da Mata” já pertencia ao Coronel Monteiro, e o Engenho Tabu. Entre os anos 1917 a 1918, os referidos donos venderam sua propriedade ao Sr. Coronel Alberto Lundgren, que posteriormente fixou residência na fazenda Tabu que, de acordo com registros, realizava suas atividades produtivas através do uso de mão de obra escrava. Seus primeiros alicerces surgiram às margens de uma vereda que posteriormente veio a se constituir como Vila. Abaixo, registro fotográfico obtido na ocasião de visita ao Município de Caaporã:



Figura 3: Igreja de Sao Sebastião



Fonte: Flickr Egberto Araújo.

### 2.2.2 Formação Administrativa

O município de Caaporã, anteriormente, foi um distrito criado com a denominação de Caaporã, pelo decreto-lei estadual nº 520, de 31 de dezembro de 1943, subordinado como parte do distrito de Pedras de Fogo, por vez, subordinado ao município de Maguari. No período de 1944 até 1948, o distrito de Caaporã, figurou como distrito do município de Maguari. Pela lei estadual nº 136, de 30 de setembro de 1948, o antigamente conhecido como município de Maguari passa a denominar-se Cruz do Espírito Santo. Já em divisão territorial datada de 01 de julho de 1950, o distrito de Caaporã, figura como distrito do município de Cruz e do Espírito Santo. Pela lei estadual nº 895, de 11 de março de 1953, o distrito de Caaporã, passa a fazer parte do novo município de Pedras de Fogo (IBGE).





O território do antigo distrito de Caaporã, foi levado à categoria de município com a mesma denominação (Caaporã), através da lei estadual nº 3130, de 27 de dezembro de 1963, desmembrado de Pedras de Fogo; sede no antigo distrito de Caaporã. Em divisão territorial datada de 31 de julho de 1968, o município é finalmente constituído como distrito sede, e assim permanece em divisão territorial datada de 2003, ano de criação do distrito de Cupissura, desde então anexado ao município de Caaporã. Desde a divisão territorial datada de 2005, o município é constituído de 02 distritos: Caaporã e Cupissura. Assim permanecendo em divisão territorial desde de 2007(IBGE).

### **2.2.3 Localização e Acesso**

O município de Caaporã está localizado na Microrregião do Litoral Sul e na Mesorregião da Mata Paraibana do Estado da Paraíba. Sua forma é alongada no sentido oeste-sul, fazendo limite ao Sul e Sudoeste com o estado de Pernambuco, mais especificamente com o município de Goiana, do qual se distancia 15 km; ao Norte está limitado pelo município de Alhandra, a 10km; e a Noroeste com o município de Pedras de Fogo, à 25 km de distância; à leste, limita-se com o município de Pitimbu, situado a 14 km de distância.

Caaporã possui área aproximada de 144 km<sup>2</sup>. O município ocupa o 132º lugar no Estado da Paraíba em dimensão territorial, representando 0,25% da área do Estado (IBGE, 2010). As distâncias intermunicipais entre os distritos, os principais povoados e sítios e a sede do Município são: Cupissura (distrito), 5km; Retirada, passando por Cupissura, 7km; Cruz das Almas, 7km; Brejo de Lima, 12km e Capim de Cheiro de Cima, 5km.

As vias de acesso ao município são a Rodovia Federal (BR 101), que tangencia o município de Caaporã à Oeste; a Rodovia Estadual (PB 044), que corta o município de Oeste à Leste, interligando a Rodovia Federal supracitada e a Rodovia Estadual (PB-008), que conecta João Pessoa à Caaporã pelo litoral, em um percurso de 44,8 km, como podemos visualizar na figura abaixo:





Figura 4: Imagem da malha rodoviária - Caaporã



Fonte: DNIT, 2013, editado

### 3 DINÂMICA POPULACIONAL

#### 3.1 Aspectos Demográficos

Em relação aos aspectos demográficos do município de Caaporã, de acordo com o Relatório de Informações Sociais do Ministério do Desenvolvimento Social (2010), podemos perceber, através da tabela representada na figura abaixo, a seguinte configuração no tocante às informações demográficas do município:

Figura 5: Informações demográficas do município de Caaporã

#### INFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS

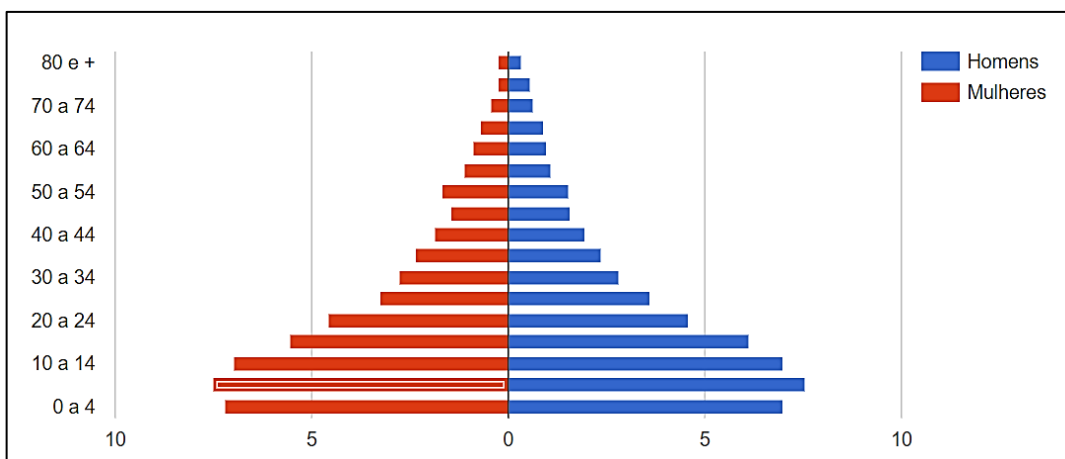


Fonte: Relatório de Informações sociais, Ministério do Desenvolvimento Social, com base no Censo IBGE 2010.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estima-se que a população atual do Município de Caaporã seja de 21.698 habitantes, o que demonstra um aumento relativo da população da localidade em comparação aos dados obtidos no último Censo Demográfico de 2010 realizado pelo IBGE. Os dados apontados naquele ano revelaram um quantitativo de 20.362 pessoas presentes no território do referido município paraibano. Esse quantitativo populacional nos revela uma densidade demográfica de 135,59 hab/km<sup>2</sup>, dado que coloca o município de Caaporã em 1.612º lugar em comparação com os outros municípios do país, sendo o 223º no estado da Paraíba e 4º em relação aos outros municípios componentes da sua microrregião.

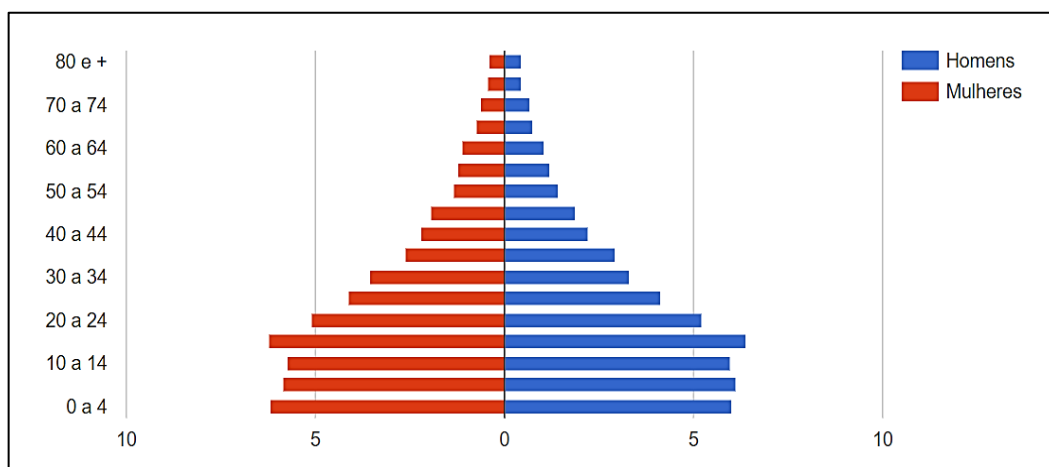
Em relação à construção comparativa das pirâmides etárias, e detalhamento do quantitativo de pessoas em relação ao critério de divisão por gênero, os dados obtidos nas últimas edições do censo demográfico do IBGE nos revelam a composição expressa na Figura 6 para o Censo 1991, Figura 7 para Censo 2000 e Figura 8 para o Censo 2010 (IBGE, 2010).

Figura 6: Pirâmide Etária – Caaporã - Distribuição por sexo, segundo os grupos de idade (1991).



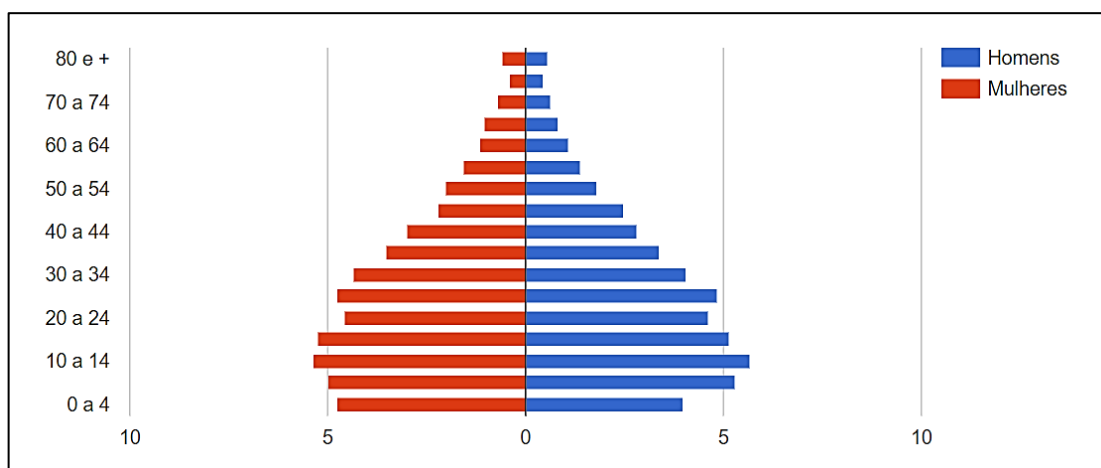
Fonte: IBGE.

Figura 7: Pirâmide Etária – Caaporã - Distribuição por sexo, segundo os grupos de idade (2000).



Fonte: IBGE.

Figura 8: Pirâmide Etária – Caaporã - Distribuição por sexo, segundo os grupos de idade (2010).

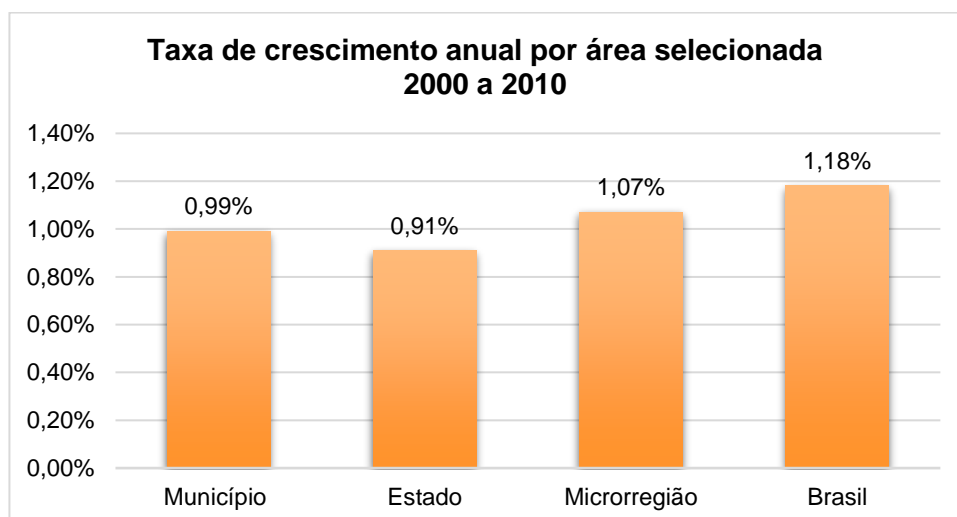


Fonte: IBGE.

Destaque para o quadro de composição populacional de 2010, onde podemos notar a presença significativa de indivíduos situados entre os 10 e 24 anos. Sendo 2.229 indivíduos homens e 2.170 mulheres. A população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu crescimento populacional (em média 1,81% ao ano), passando de 10.545 habitantes em 2000 para 12.612 em 2010. Em 2010, este grupo representava 61,9% da população do município.

A população do município ampliou, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, à taxa de 0,99% ao ano, passando de 18.445 para 20.362 habitantes. Essa taxa foi superior àquela registrada no estado, que ficou em 0,91% ao ano e inferior à cifra de 1,08% ao ano da Região Nordeste, como podemos visualizar nos dados expostos na figura abaixo:

Figura 9: Taxa de crescimento anual por área – 2000 a 2010



Fonte: IBGE.

A taxa de urbanização apresentou alteração no mesmo período. A população urbana em 2000 representava 64,68% e em 2010 a passou a representar 86,18% do total (IBGE). A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que cresceu 2,0% em média ao ano. Em 2000, este grupo representava 6,8% da população, já em 2010 detinha 7,5% do total da população municipal. O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010, com média de -0,7% ao ano. Crianças e jovens detinham 36,1% do contingente populacional em 2000, o que

correspondia a 6.650 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 30,6% da população, totalizando 6.228 habitantes (IBGE).

Em relação aos dados sobre a população residente em Caaporã, à partir da divisão por sexo, grupos de idade e situação urbano/rural, de acordo com o Banco de Dados/SIDRA, com base no censo demográfico do IBGE, expressa-se a seguinte configuração representada pela tabela abaixo:

Tabela 1: População residente em Caaporã, por sexo, situação e grupos de idade

<b>População residente, por sexo, situação e grupos de idade - Amostra - Características Gerais da População – Caaporã</b>										
<b>ANO</b>	<b>1970</b>	<b>%</b>	<b>1980</b>	<b>%</b>	<b>1991</b>	<b>%</b>	<b>2000</b>	<b>%</b>	<b>2010</b>	<b>%</b>
<b>TOTAL</b>	8.303	100	9.997	100	15.007	100	18.441	100	20.362	100
Urbano	2.198	26,47	3.565	35,66	8.406	56,01	11.936	64,7	17.548	86,18
Rural	6.105	73,53	6.432	64,34	6.601	43,99	6.505	35,2	2.814	13,82
Homens	4.253	51,22	5.093	50,95	7.642	50,92	9.287	50,3	10.090	49,55
Mulheres	4.050	48,78	4.904	49,05	7.365	49,08	9.154	49,6	10.272	50,45

Fonte: IBGE – Banco de dados agregados/SIDRA.

De acordo com o IBGE, entre 2000 e 2010, a população de Caaporã teve uma taxa média de crescimento anual de 1,00%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de 2,32%. No Estado, estas taxas foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 53,86%.

### 3.2 Uso e ocupação do solo e distribuição espacial da população

O município de Caaporã é composto por um pequeno núcleo urbano (com aproximadamente 03 quilômetros de extensão), além de uma extensa área rural com presença de assentamentos registrados no INCRA (Figuras 10 e 11 respectivamente). No núcleo urbano estão concentrados os órgãos públicos, equipamentos sociais das políticas públicas de saúde, educação, assistência social e organizações da sociedade civil, bancária, comércio e serviços.



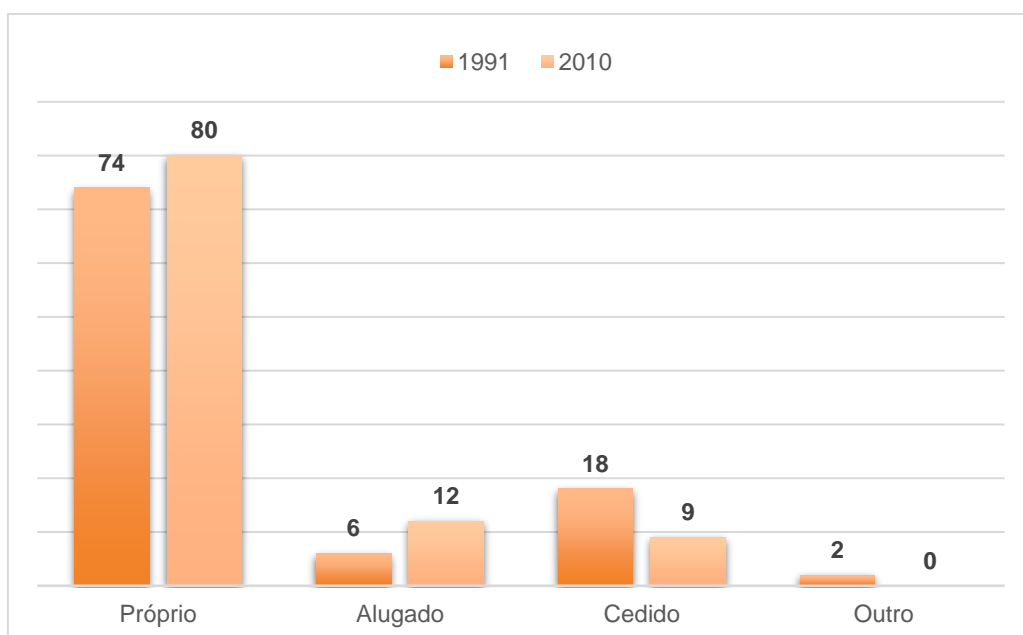
Figura 10: Distribuição espacial da população



Referente aos domicílios urbanos, as estruturas habitacionais predominantes no município são casas próprias, mas existe também um percentual de casas alugadas, construídas em sua grande maioria em alvenaria. As edificações residenciais do centro não possuem grandes áreas livres (quintais), podendo-se observar que na área urbana os terrenos possuem pequenas dimensões.

Porém, destaca-se a presença significativa de propriedades com características peri-urbanas próximos a saída do centro urbano em direção à zona rural de Caaporã. Apesar de não apresentarem dimensões significativas, foi possível perceber nessas propriedades a presença de práticas em agricultura de pequena escala em vista do consumo familiar. Nesta localidade, foram identificadas pequenas hortas e produção de frutas, igualmente em pequena escala. Segundo o relatório de Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (IDEME), podemos observar na figura abaixo a proporção de moradores de acordo com a condição de ocupação e usufruto dos domicílios, observados no ano de 1991 e no ano 2010:

Figura 11: Proporção de moradores de Caaporã segundo a condição de ocupação - 1991/2010



Fonte: IDEME, com base no censo IBGE 2010

De acordo com dados obtidos junto ao INCRA (2017) em relação aos assentamentos no território de Caaporã e o quantitativo de famílias assentadas na região entre os anos de 1988 e 2000, a tabela e o mapa abaixo ilustram esse dado.

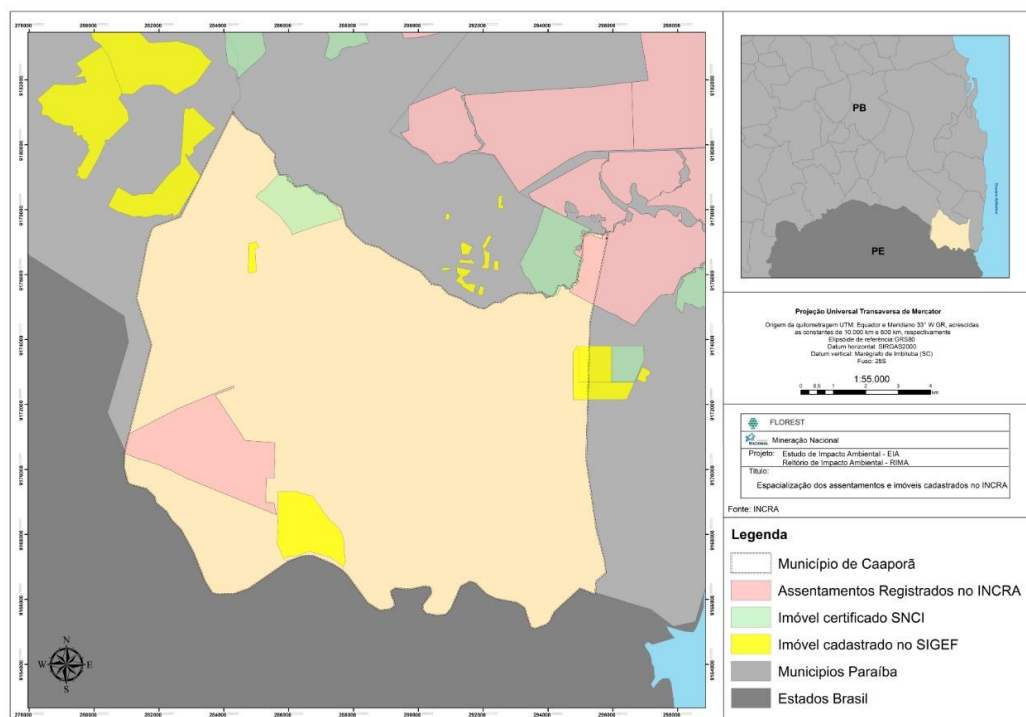
Tabela 2: Área de assentamento – Caaporã.

SR	Código PA	Nome PA	Município	Famílias Assentadas	Área PA (ha)	Data de criação
SR 18 - Paraíba	PB006100	PA Capim de Cheiro	Caaporã	110	507,65	14/12/1995
SR 18 - Paraíba	PB023300	PA Muitos Rios	Caaporã	29	416	17/08/1995

Fonte: INCRA, 2017.



Figura 12: Espacialização dos assentamentos e imóveis cadastrados no INCRA



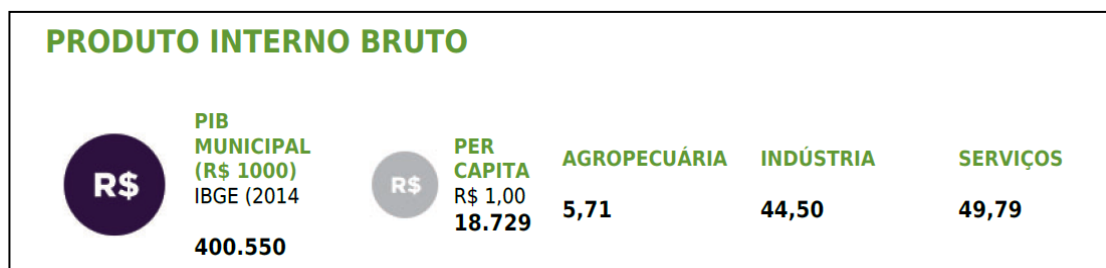
## 4 ATIVIDADES ECONÔMICAS E DINÂMICAS PRODUTIVAS

### 4.1 Caracterização Da Economia, Emprego E Renda

O produto interno bruto (PIB) representa a soma de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região, durante um período determinado. O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia com o objetivo de quantificar a atividade econômica de uma região. Através dos dados expostos na tabela abaixo (MDS/IBGE) podemos observar as informações relativas a geração do PIB de Caaporã no ano de 2014. Destaca-se na figura abaixo a participação dos setores da agropecuária, indústria e serviços na geração do PIB da cidade de Caaporã:



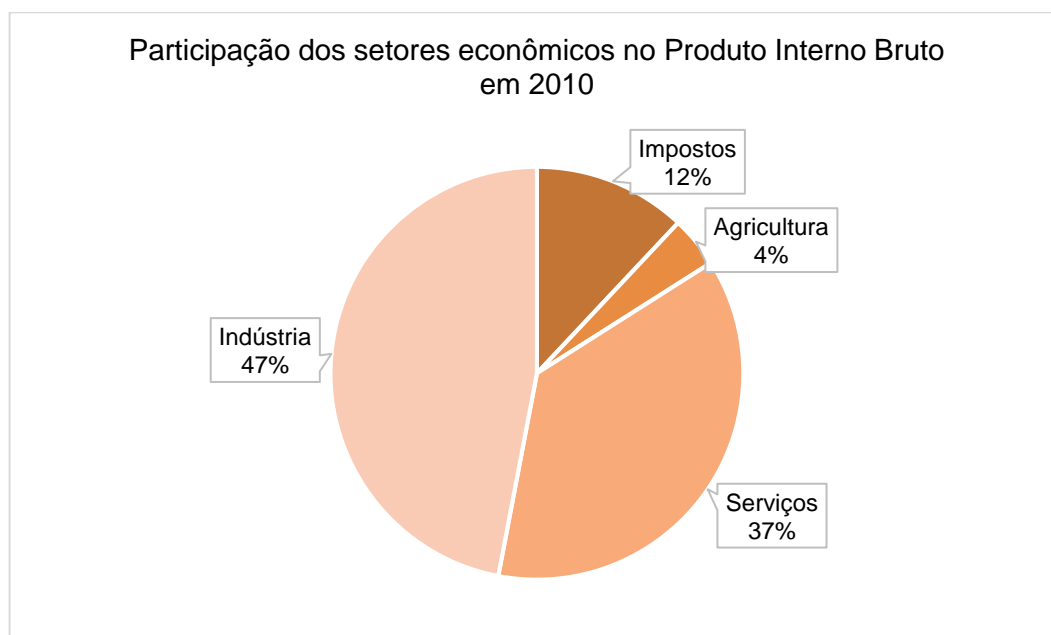
Figura 13: Produto Interno Bruto - Caaporã



Fonte: Relatório de Informações Sociais, MDS, com base no IBGE.

Entre 2006 e 2010, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 21,1%, passando de R\$ 309,4 milhões para R\$ 333,7 milhões. O crescimento percentual foi inferior ao verificado no Estado que foi de 60,1%. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual diminuiu de 1,55% para 1,04% no período de 2006 a 2010. Em relação a participação dos diferentes setores econômicos na composição do PIB de Caaporã em 2009, destacamos a figura apresentada abaixo:

Figura 14: Participação dos setores econômicos do PIB de Caaporã em 2010.



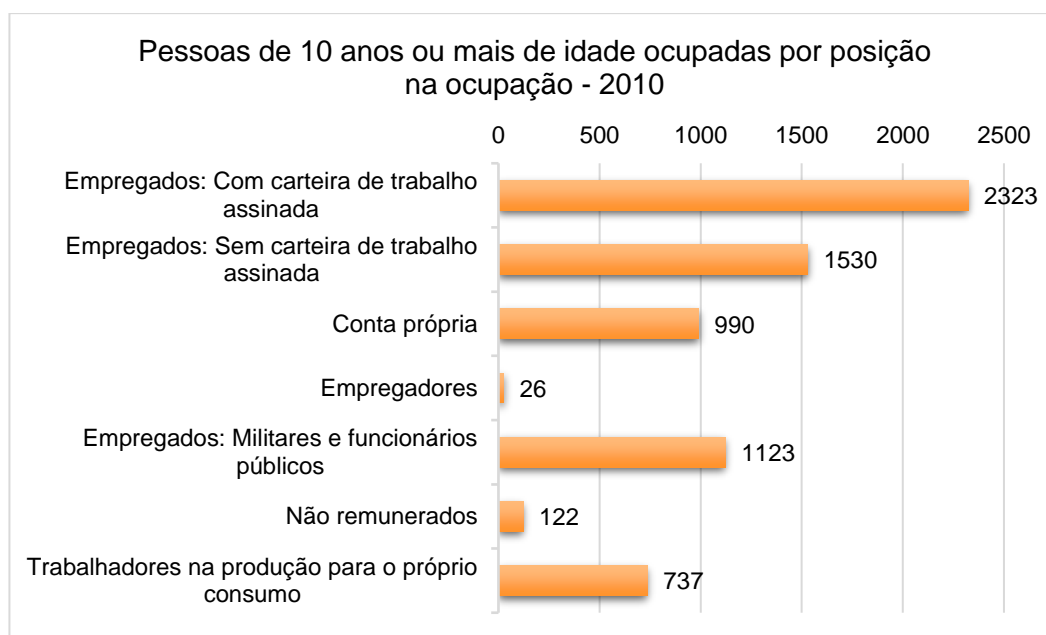
Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Os dados do Censo Demográfico e do Ministério do Trabalho e Emprego possibilitam um diagnóstico sobre o mercado de trabalho do município. Os dados do Censo permitem conhecer a inserção ou não das pessoas no mercado de trabalho. O percentual de pessoas de referência do domicílio desempregada no município é de 4,3%. Sendo assim, maior que a média do estado.

Conforme dados do último Censo Demográfico, o município, em agosto de 2010, possuía 7.790 pessoas economicamente ativas onde 6.850 estavam ocupadas e 940 desocupadas. A taxa de participação ficou em 47,7% e a taxa de desocupação municipal foi de 12,1%.

A distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação mostra que 33,9% tinham carteira assinada, enquanto que 22,3% não tinha carteira assinada, 14,5% atuam por conta própria e 0,4% se posicionam na ocupação de empregadores. Servidores públicos representavam 16,4% do total ocupado e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 12,5% dos ocupados. Em relação à distribuição de postos de trabalho por posição no município, podemos observar os dados relativos ao ano de 2010, de acordo com informações do IBGE, conforme figura abaixo:

Figura 15: Pessoas de 10 Anos ou mais ocupadas por posição - Caaporã



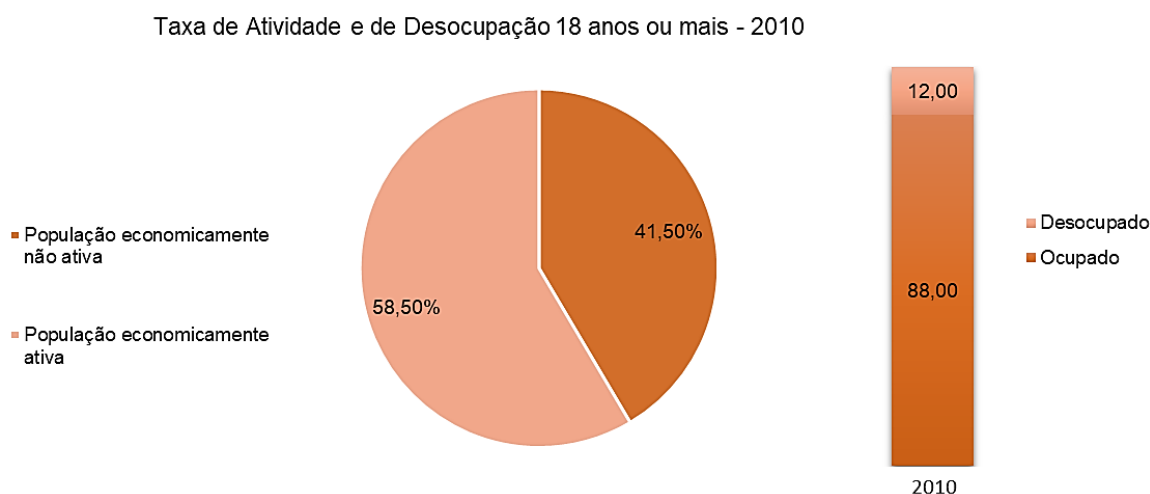
Fonte: Censo Demográfico, 2010.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) define a População Economicamente Ativa (PEA), como a mão de obra com a qual o setor produtivo pode contar, ou seja, é o número de habitantes em idade e condições físicas para exercer algum ofício no mercado de trabalho.

Nessa conceituação, a PEA envolve aquilo que o IBGE classifica como população ocupada e população desocupada. O primeiro termo refere-se aos que possuem algum ofício em um período de referência, sendo esse ofício remunerado, não remunerado, por conta própria ou como um empregador. Já o segundo termo refere-se ao grupo de pessoas que não possuem emprego e que estão aptas a trabalhar, tendo realizado algum mínimo esforço para tal.

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 59,02% em 2000 para 58,51% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 26,22% em 2000 para 12,31% em 2010 (IDEME). Em relação a população economicamente ativa, podemos observar as taxas de ocupação e desocupação de indivíduos com idade superior à 18 anos na figura abaixo

Figura 16: População Economicamente Ativa – Caaporã



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013 - IDEME.

A distribuição das pessoas ocupadas por seção de atividade revelou que a agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura; comércio e a reparação de veículos automotores e motocicletas detinham 36,0% do total da população ocupada no município (MDS). Em relação à distribuição de trabalhadores da população do município em grupos de atuação (seção de atividade), podemos

perceber a quantidade e porcentagem destes através dos dados expostos na figura abaixo:

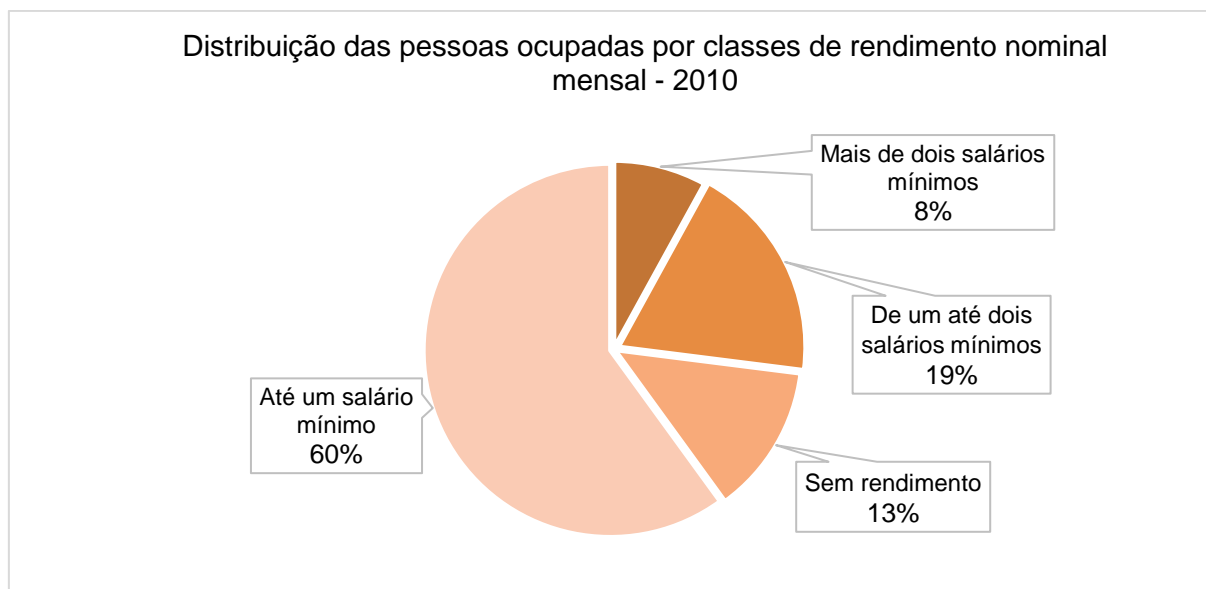
Figura 17: Distribuição da população ocupada por grupos

<b>Distribuição da população ocupada por grandes grupos de ocupações - 2010</b>		
<b>Seção da atividade</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1.658	24,2
Indústrias extrativas	108	1,6
Indústrias de transformação	1.161	16,9
Eleticidade e gás	13	0,2
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	64	0,9
Construção	353	5,2
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	808	11,8
Transporte, armazenagem e correio	191	2,8
Alojamento e alimentação	139	2
Informação e comunicação	-	-
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	28	0,4
Atividades imobiliárias	10	0,1
Atividades profissionais, científicas e técnicas	14	0,2
Atividades administrativas e serviços complementares	70	1
Administração pública, defesa e seguridade social	730	10,7
Educação	607	8,9
Saúde humana e serviços sociais	149	2,2
Artes, cultura, esporte e recreação	18	0,3
Outras atividades de serviços	116	1,7
Serviços domésticos	385	5,6
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-
Atividades mal especificadas	229	3,3
<b>TOTAL</b>	<b>6.850</b>	<b>100</b>

Fonte: Diagnósticos sociais MDS/ SAGI, com base no Censo Demográfico, IBGE 2010.

O valor do rendimento médio mensal das pessoas ocupadas era de R\$ 563,75 em 2010. Entre os homens o rendimento era de R\$ 660,11 e entre as mulheres de R\$ 464,93, apontando uma diferença de rendimento de 41,98% maior para os homens (IBGE). Sobre os dados relativos à distribuição de pessoas ocupadas por classe de rendimento, podemos observar a figura abaixo:

Figura 18: Distribuição de pessoas ocupadas por classe de rendimento - 2010



Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2010.

A renda per capita média de Caaporã cresceu 151,65% nas últimas duas décadas, passando de R\$106,68 em 1991 para R\$173,23 em 2000 e R\$268,46 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 62,38% no primeiro período e 54,97% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 43,76% em 1991 para 27,93% em 2000 e para 12,68% em 2010 (IBGE). Na tabela abaixo, podemos observar os índices mapeados nos anos de 1991, 2000 e 2010 relativos à renda, pobreza e desigualdade observados no município (IDEME):

Tabela 3: Renda, Pobreza e Desigualdade – Caaporã (1991, 2000 e 2010)

Renda, Pobreza e Desigualdade - Caaporã - PB			
	1991	2000	2010
Renda per capita (R\$)	106,68	173,23	268,46
% de extremamente pobres	43,76	27,93	12,68
% de pobres	80,03	60,34	34,74
Índice de Gini	0,44	0,51	0,47

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2013/ IDEME.

Além da renda advinda do trabalho, de acordo com dados de dezembro de 2018 do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), existem 718 pessoas aposentadas no município de Caaporã, sendo 477 por idade, 126 por invalidez, 115 aposentadorias por tempo de serviço; totalizando o valor mensal de R\$ 688.946,00.





O Cadastro Único para Programas Sociais reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda – aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Essas informações permitem conhecer as reais condições de vida da população e, a partir dessas informações, selecionar as famílias para diversos programas sociais.

No Município, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em janeiro de 2019 era de 5.370 dentre as quais 4.117 com renda per capita familiar de até R\$ 89,00; 225 com renda per capita familiar entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00; 624 com renda per capita familiar entre R\$ 178,01 e meio salário mínimo; 404 com renda per capita acima de meio salário mínimo.

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. O PBF beneficiou, no mês de março de 2019, 4.174 famílias, representando uma cobertura de 140,7 % da estimativa de famílias pobres no município. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 189,39 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 790.494,00 no mês (MDS/SAGI). Abaixo, podemos observar os dados relativos ao total de famílias e pessoas, de acordo com a faixa de renda, cadastradas no Cadastro Único em Caaporã:



Figura 19: Total de famílias e pessoas por faixa de renda no Cadastro Único


Famílias cadastradas		
Total de famílias cadastradas	5.370	jan/19
Famílias cadastradas com renda per capita mensal de R\$0,00 até R\$ 89,00	4.117	jan/19
Famílias cadastradas com renda per capita mensal entre R\$89,01,00 até R\$ 178,00	225	jan/19
Famílias cadastradas com renda per capita mensal entre R\$178,01,00 até ½ salário mínimo	624	jan/19
Famílias cadastradas com renda per capita mensal acima de ½ salário mínimo	404	jan/19

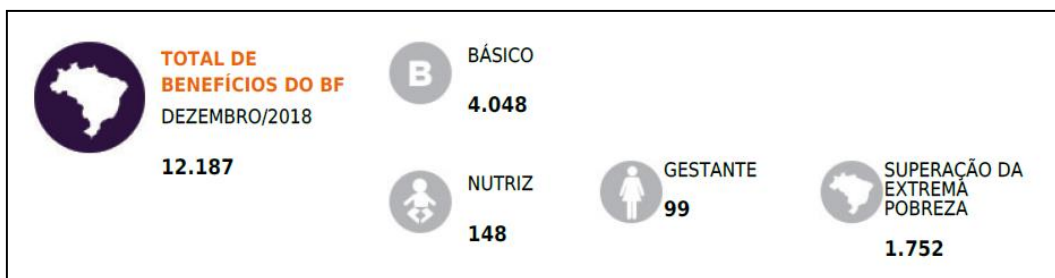
Pessoas cadastradas		
Total de pessoas cadastradas	14.669	jan/19
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal de R\$0,00 até R\$ 89,00	11.306	jan/19
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal entre R\$89,01,00 até R\$ 178,00	987	jan/19
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal entre R\$178,01,00 até ½ salário mínimo	1.907	jan/19
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal acima de ½ salário mínimo	469	jan/19

Fonte: Relatório de Informações Sociais, Cád. Único e PBF – MDS/SAGI.

De acordo com as informações da Folha de pagamento do PBF (Dezembro/2018) o quadro geral de benefícios disponibilizados pelo Programa Bolsa Família no município de Caaporã, se apresenta na figura abaixo:

Figura 20: Quadro geral de benefícios do Programa Bolsa Família – Caaporã.

BOLSA FAMÍLIA			
	<b>FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS</b> DEZEMBRO/2018	<b>BENEFÍCIO MÉDIO MENSAL</b> DEZEMBRO/2018	<b>VALOR REPASSADO NO MÊS</b> DEZEMBRO/2018
	<b>4.174</b>	<b>R\$ 186,88</b>	<b>R\$ 780.041,00</b>
	<b>% DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO</b> MAIO/2018	<b>VALOR ANUAL REPASSADO</b> ACUMULADO ATÉ DEZEMBRO/2018	<b>VALOR ANUAL REPASSADO</b> EM 2017
	<b>53,62%</b>	<b>R\$ 8.842.091,00</b>	<b>R\$ 8.348.200,00</b>



Fonte: MDS, Folha de pagamento do PBF (Dezembro/2018).

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um benefício inscrito na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS/93) que prevê a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais, que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família.



Apesar de ser um benefício da política de assistência social, é operacionalizado pelo INSS, chamado popularmente de amparo social, e por isso, muitas vezes, é confundido com aposentadoria por idade ou invalidez, porém, tal benefício não tem vinculação com a previdência social, pois é voltado para pessoas que não contribuíram para o INSS ou que por algum motivo deixaram de contribuir.

Muitos agricultores que não tem como comprovar atividade e não foram associados aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, recorrem ao benefício assistencial.

O município de Caaporã possui 557 beneficiários do BPC, sendo 383 pessoas com deficiência e 174 idosos, totalizando um valor de R\$ 530.717,71 ao mês, e 12 pessoas recebem o benefício de Renda Mensal Vitalícia, benefício anterior à criação do BPC. Sobre os dados relativos ao BPC e RMV podemos perceber as informações disponibilizadas pelo Relatório de Informações Sociais (MDS/ SAGI) na figura abaixo:



Figura 21: BPC e RMV em Caaporã - 2018

BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA					
 <b>BPC</b>	<b>TOTAL DE BENEFICIÁRIOS PELA FONTE PAGADORA</b>		<b>Beneficiários</b>	<b>Repassado em Dezembro/2018</b>	<b>Repassado em 2018</b>
	<b>DEZEMBRO/2018</b>				<b>Repassado em 2017</b>
	<b>557</b>		PCD	383	R\$ 364.734,71
					R\$ 4.351.042,78
					R\$ 4.326.930,87
 <b>RMV</b>	<b>TOTAL DE BENEFICIÁRIOS PELA FONTE PAGADORA</b>		<b>Beneficiários</b>	<b>Repassado em Dezembro/2018</b>	<b>Repassado em 2018</b>
	<b>DEZEMBRO/2018</b>				<b>Repassado em 2017</b>
	<b>12</b>		Idosos	174	R\$ 165.983,00
					R\$ 2.006.075,75
					R\$ 2.006.884,27
	<b>TOTAL</b>		<b>Beneficiários</b>	<b>Repassado em Dezembro/2018</b>	<b>Repassado em 2018</b>
	<b>557</b>				<b>Repassado em 2017</b>
					R\$ 530.717,71
					R\$ 6.357.118,53
					R\$ 6.333.815,14
	<b>TOTAL</b>		<b>Beneficiários</b>	<b>Repassado em Dezembro/2018</b>	<b>Repassado em 2018</b>
	<b>12</b>				<b>Repassado em 2017</b>
					R\$ 11.448,00
					R\$ 129.744,00
					R\$ 135.865,00

Fonte: Relatório de Informações Sociais, MDS/ SAGI.

Os casos de migração ocorridos no município de Caaporã são caracterizados como temporários e permanentes. Os permanentes são pessoas que emigram para outras cidades, na maioria, jovens em busca de oportunidades de empregos ou melhores salários. É fato reconhecido, por parte de agências governamentais, organizações e sindicatos rurais, além de outras instituições atuantes na agricultura familiar brasileira, a dificuldade de fixação da população jovem nos espaços rurais (IPEA, 2011; MDA, 2016; FAO, 2014). Perante o potencial de inserção no mercado de trabalho e de melhores condições de acesso ao emprego nos meios urbanos, os jovens advindos das áreas rurais de Caaporã saem em busca de melhores oportunidades em cidades vizinhas, com o objetivo de encontrarem trabalho que, por vez ofereçam uma melhor remuneração.

De acordo com estudo publicado no “Circuito de Debates Acadêmicos” promovido pelo IPEA (2011); “os maiores problemas para os jovens desenvolverem seus projetos de vida no campo são: a baixa remuneração, a ausência de área de terra suficiente para o trabalho e a dificuldade de acesso a créditos para desenvolverem novas atividades produtivas” (Puntel, 2011).

Outros deslocamentos de pessoas registrados são de trabalhadores que saem no início do dia para o emprego e retornam no fim do dia, realizando um movimento pendular e utilizando, muitas vezes a residência apenas como dormitório, e outras pessoas que devido à proximidade com o distrito industrial, o pólo cimenteiro e a usina Tabu se alocam no município para a atividade de trabalho. Identifica-se também o fluxo de caminhoneiros que realizam o transporte de cargas para as referidas empresas.

Além disso, o cultivo da cana-de-açúcar sendo um dos sustentáculos da economia de Caaporã, emprega temporariamente e, apenas durante três ou quatro meses no ano, fazendo com que centenas de trabalhadores do município necessitem migrar para outras cidades ou regiões do país em busca de emprego e renda.

## 4.2 Atividades Produtivas Rurais

O desempenho de atividades agropecuárias no Estado da Paraíba é bastante significativo, ocupando 424.000 pessoas no setor em todo o estado segundo Censo Agropecuário de 2017 (IBGE), sendo que 233.051 pessoas se ocupam em atividades de agricultura familiar, segundo a pesquisa do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) realizada em 2017.

O município possuía 253 agricultores familiares em 2006, que correspondia a 85% dos seus produtores. Esses agricultores familiares acessavam a 12% da área, ocupavam 31% da mão-de-obra do setor e participavam com 0.5% do valor da produção agropecuária municipal. Atualmente, temos 388 agricultores familiares cadastrados com DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) neste município. A tabela abaixo apresenta esses dados relativos também ao Estado da Paraíba e o Brasil:

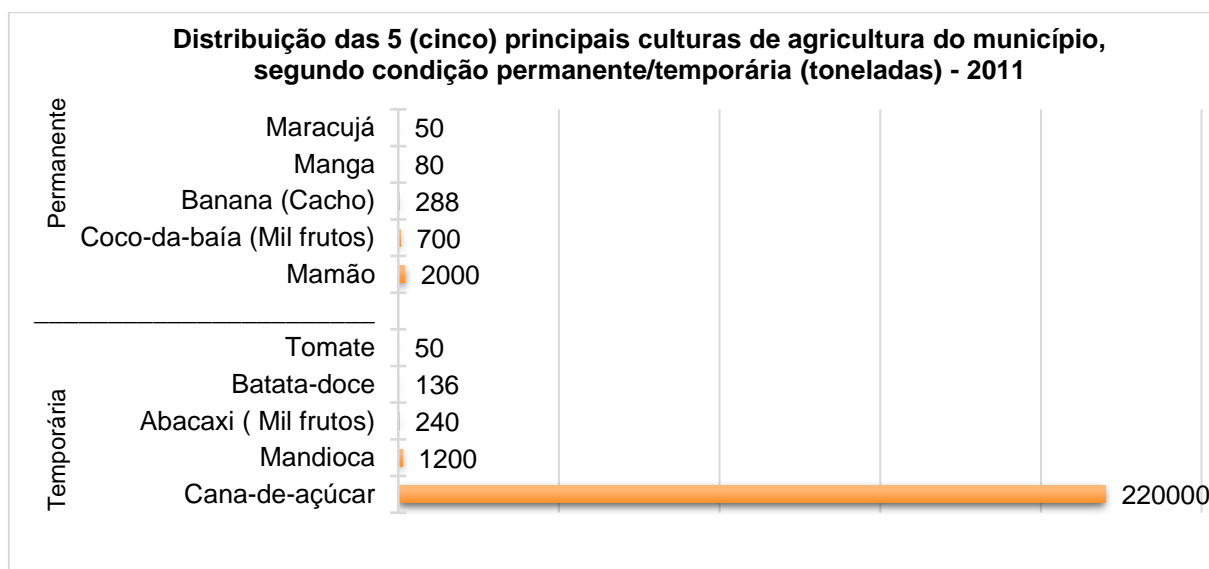
Figura 22: Quantidade de agricultores com DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf)

Quantidade de agricultores cadastrados com DAP	
Município	388
Estado	233.051
Brasil	4.395.395

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

No entanto, o setor primário de Caaporã tem como principal atividade o agronegócio (seguido da agricultura de base familiar). Ainda de acordo com os dados obtidos no Censo Agropecuário do IBGE, estima-se que a porcentagem dos principais produtos agrícolas cultivados no município (por tonelada) no ano de 2011 no tocante à lavoura permanente, foram: mamão 64,1%, banana 9,2%, coco-da-baía 22,4%, maracujá 1,6 % e manga 2,56%. Entre os produtos agrícolas que mais se destacaram, na modalidade de lavoura temporária, está a cana-de-açúcar, que representou o maior índice, de 99,27% do total da produção, seguido da mandioca com índice de 0,54 %, abacaxi 0,1%, batata doce 0,06% e tomate 0,02 %. Em relação aos principais produtos agrícolas e culturas desenvolvidas no município podemos observar a tabela a seguir:

Figura 23: Principais Produtos Agrícolas do município de Caaporã– 2011



Fonte: IBGE.

Os dados expostos acima, revelam a presença e atuação massiva do cultivo de cana-de-açúcar, dado a presença de grandes destilarias na região do município. Enquanto o Estado da Paraíba produz cerca de 5.343.647.167 toneladas, distribuídas em 2.568 estabelecimentos, somente o município de Caaporã é responsável por 220.000 toneladas, quantia que representa, aproximadamente 4.2 % da produção de todo o estado.





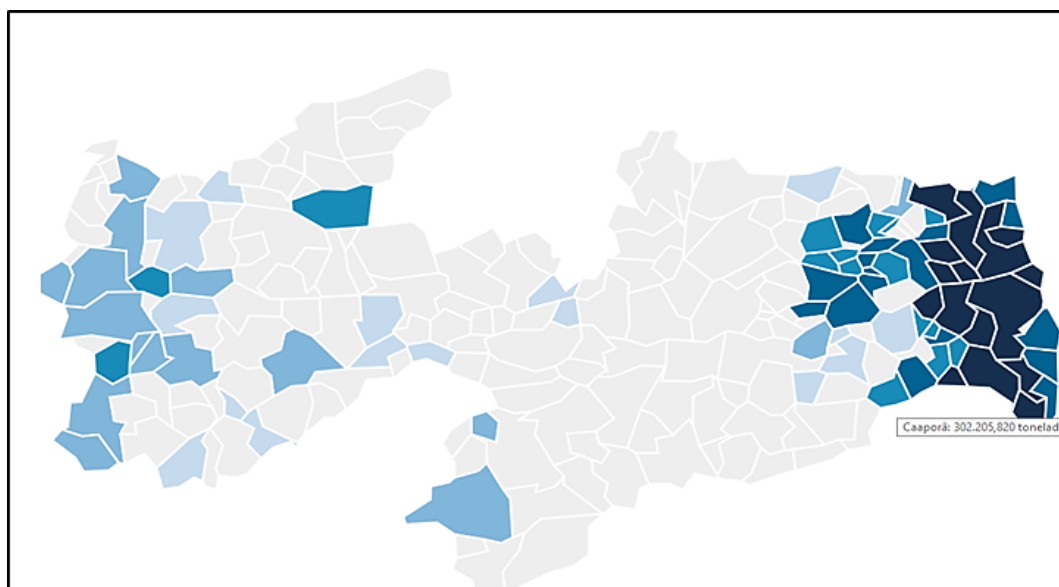
Ilustramos o quadro pintado acima com uma foto da entrada da cidade de Caaporã, onde encontramos uma plantação de cana-de-açúcar margeando a via principal e na figura 23 expomos o mapa da exploração de cana-de-açúcar na Paraíba:

Figura 24: Plantação de cana-de-açúcar no entorno da cidade de Caaporã.



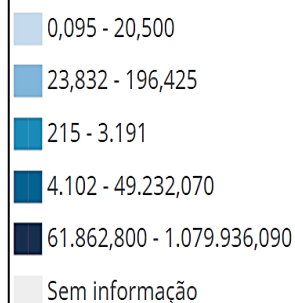


Figura 25: Mapa da exploração de cana-de-açúcar no Estado da PB



#### Cana-de-açúcar // Paraíba

toneladas



Fonte: IBGE Censoagro, 2017.

Com relação à pecuária destacam-se os dados coletados da Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, referentes a 2011, que apontam que as 5 (cinco) principais culturas de rebanho local são a criação de galos, frangas, frangos e pintos, que apresentou índice de 97,87% da produção total. Sendo o efetivo de avicultura, destinada ao abastecimento do mercado local com carne e ovos, bastante significativo para esse setor. Podemos observar a descrição numérica dos respectivos efetivos e discriminação da produção pecuária desenvolvida no município de Caaporã, de acordo com o Relatório de Produção Pecuária Municipal de 2011, na tabela apresentada abaixo:

Figura 26: Produção Pecuária Municipal – Caaporã – 2011.



. Fonte: IBGE.

A estrutura fundiária característica de alguns municípios do estado da Paraíba, realidade na qual se insere o município de Caaporã, pode ser caracterizada pela presença de atividades econômicas e monoculturas estruturadas em bases latifundiárias em torno da produção sucroalcooleira, fato que pode ser observado historicamente em todo o Nordeste.

Em relação ao território onde hoje se encontra o município de Caaporã, registros apontam que em 1920, Guilherme Alberto Lundgren, da segunda geração da família, adquiriu 8 mil hectares de terra que veio a se tornar a Fazenda Tabu, principal destilaria da região até os dias atuais. Em 1933, o herdeiro Arthur Axel Lundgren assumiu a administração e começou a cultivar cana de açúcar e fornecer matéria prima às usinas que operavam naquela região. Já na segunda metade da década de 70, com o advento do Programa Nacional do Álcool do Governo Federal (Proálcool), a família fundou a Agroindustrial TABU Ltda. e a Destilaria Tabu iniciou suas primeiras operações de exportação no período 1979/1980.

Até o início da década de 1970, a principal produção agrícola do município era a mandioca, mas em consequência da expansão da cana-de-açúcar, vários fatores, como a falta de terras para o plantio, alteraram consideravelmente a produção agrícola local, tornando-se a cana-de-açúcar o principal produto da região. Hoje, o município possui um número de 720 agricultores familiares cadastrados.



No caso de Caaporã, podemos dizer que as monoculturas baseadas na exploração massiva da cana de açúcar convivem até hoje com a exploração da agricultura de base familiar. Prática que, de acordo com as informações obtidas e dados acessados, detém importância histórica no tocante a ocupação do território e papel de destaque no que se refere às práticas de subsistência da população. No entanto, de acordo com informações coletadas, foi apontado que a partir do final da década de 70, ao passo que a Usina Tabu aumentou a produção e a exploração da cana, as práticas em agricultura familiar gradativamente diminuíram.

Tendo por base a fala dos entrevistados, não se pode afirmar ao certo os motivos que geraram esse relativo abandono do desempenho das atividades produtivas em agricultura familiar por parte da população rural do município de Caaporã. Especula-se, no entanto, que em decorrência de conflitos relacionados à posse e exploração das terras agricultáveis, significativa parcela dos agricultores presentes na região foram deslocados para outras localidades e/ou perderam o interesse em dar continuidade às práticas em agricultura de base familiar.

O Município conta ainda com a indústria de fabricação de cimento LAFARGE, localizada à 65 km de distância de João Pessoa e 90 km de Recife/PE, ocupando uma área de 290 ha.

#### **4.3 Percepção da População em Relação ao Empreendimento**

No tocante a pesquisa acerca da percepção da população em relação ao (item 01) meio ambiente local, (item 02) às atividades do polo cimenteiro e (item 03) expectativas em relação a exploração da nova área de extração para a produção cimenteira, nos utilizamos de ferramentas específicas de investigação e coleta de dados. Nesta etapa, buscamos acesso a dados quantitativos; perante a necessidade de mapeamento de tendências e perspectivas objetivas dos atores pesquisados e, dados qualitativos. De acordo com Adorno e Castro (1994) a atividade de pesquisa requer ao pesquisador um grande desafio de sensibilidade, na qual o mesmo precisará rever conceitos e concepções para estabelecer uma comunicação com a multiplicidade de perspectivas que cercam os participantes.



Além deste mapeamento e através da instrumentalização dos princípios do método de pesquisa etnográfica, foi posto como objetivo desenvolver processos de pesquisa a partir das condições e possibilidades dos participantes; baseando-se nos seus próprios conceitos e critérios de explicação e dando voz a suas subjetividades. Essa estratégia metodológica fundamenta a presença de “falas”, depoimentos, impressões e percepções dos indivíduos e grupos investigados no texto construído.

Os dados expostos e discutidos abaixo foram coletados no mês de março de 2019, e além da observação participante foram realizadas entrevistas guiadas por roteiro semi estruturado junto aos atores e representantes do poder público municipal do território. O critério de seleção dos participantes foi baseado na relevância dos atores para o contexto da pesquisa proposta e no método conhecido como “bola de neve” (PATTON, 2002), em que um entrevistado sugere outro(s), por julgar que este(s) tenha(m) depoimentos relevantes para a pesquisa.

Em busca de dados e informações concernentes aos objetivos da pesquisa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e conversas informais (gravadas e autorizadas) junto a representantes de diversos setores do poder público e atores presentes no território. Além do critério de relevância para a seleção e investigação junto aos atores, o papel social e a natureza de atuação dos informantes escolhidos para a etapa descrita, destacamos que todos os entrevistados se consideravam caaporãenses. Dado que apontaram em seus respectivos depoimentos que foram nascidos e criados na localidade, e/ou residem a um longo período no município ou ainda que se reconhecem como cidadãos de Caaporã.

Em vista de viabilizar a coleta de dados e informações sobre as dinâmicas de funcionamento e gestão do município, foram realizadas reuniões entre os dias 06 e 15 de março de 2019. Nesta etapa do trabalho, destacamos a entrevista concedida pela secretária de educação, secretária de saúde, secretário de infraestrutura e secretário de meio ambiente, ou seja, 04 representantes do poder público municipal. Em visitas de campo distintas – ocasionadas no mesmo período mencionado acima - foram realizadas entrevistas junto à 02 representantes de grupos e associações ligadas à cultura e produção cultural do município, e ainda entrevistas e aplicação de questionários junto à 30 cidadãos da população local que afirmavam desenvolver



atividades ligadas à pequena agricultura de base familiar. Em relação à última categoria de atores entrevistados – integrantes da população local – nos foi possível, além da realização de entrevistas e conversas informais, a aplicação de questionários durante feira livre realizada no município.

Em relação à percepção dos atores quanto as condições de preservação do meio ambiente em Caaporã (item 01), as respostas mapeadas apontaram para uma noção homogênea em relação a este assunto. De forma geral, os entrevistados destacaram a importância da vida próxima a natureza e relacionaram este aspecto com a possibilidade de uma boa qualidade de vida (100% dos entrevistados). Quando indagados sobre a percepção sobre as transformações do meio ambiente ocorridas nos últimos anos, parte relevante dos depoimentos ressaltaram um aumento contínuo de utilização e depredação dos recursos naturais em relação ao seu uso e disponibilidade no passado, e relacionaram esse processo com o desenvolvimento regional recente e com o plantio histórico da cana-de-açúcar.

Em relação às avaliações do impacto das empresas e empreendimentos já estabelecidos na região (item 02), podemos perceber posições contrastantes em relação à percepção de seus efeitos por parte da população. Em relação aos agricultores que participaram da coleta de dados através de preenchimento dos questionários, 33,3% disseram não saber da existência e relevância do polo de exploração de calcário e areia para a produção cimenteira na região, enquanto que 66,6% dos entrevistados dessa categoria apontaram reconhecer a presença e possíveis impactos de empreendimentos dessa natureza, como a suposta dispersão de material sólido. 23,8 % dos entrevistados que revelaram reconhecer a natureza dessas atividades (21 produtores), indicaram que essa dispersão de poeira pode ser causadora de crises de tosse nas crianças e idosos da região.

Destacamos que, por intermédio da realização de entrevistas e aplicação de questionários, nos foi possível perceber que é de conhecimento geral dos cidadãos (100% dos entrevistados), a presença de grandes empreendimentos em torno do cultivo massivo de cana de açúcar no município de Caaporã e na região, fato que revela a percepção da população local em relação aos impactos gerados pela exploração sucroalcooleira.



Ressaltamos que, apesar de valorizarem os recursos naturais ainda disponíveis e destacarem a importância da natureza para a qualidade de vida do cidadão de Caaporã (da zona urbana e da zona rural), e, independentemente de demonstrarem certo saudosismo em relação a magnitude das condições ambientais do passado, todos os entrevistados (100% do total de entrevistados entre as 03 categorias) compreendem o processo de utilização dos recursos do ambiente como uma dinâmica “natural”. Ou seja, veem a dinâmica de uso dos recursos naturais com normalidade; como um fator necessário em vista do alcance de condições de desenvolvimento para o município e para a região. Sendo assim, nenhum dos atores (dentre as três categorias) se declarou contrário ao desenvolvimento industrial do território, principalmente por relacionarem este processo de expansão das atividades propostas pelo empreendimento à possibilidade de fomento de empregos e/ou trabalhos temporários.

Sobre as perspectivas em relação à expansão do polo cimenteiro na região de Caaporã (item 03) nos foi possível perceber preocupações ligadas à possível piora nas condições do tráfego, deterioração no sistema viário do município e, conseqüentemente, das áreas de acesso e saída da cidade de Caaporã por parte dos representantes do poder público municipal (100% dos entrevistados dessa categoria).

Os entrevistados também demonstraram preocupações com os possíveis desdobramentos que as práticas de agricultura familiar poderão sofrer com a chegada de grandes empreendimentos no município, seja pelo fato de atrair mão de obra do campo ou pelos possíveis impactos ao meio ambiente. Apesar das práticas em agricultura familiar terem diminuído gradativamente no município à partir do final da década de 70, nos foi possível perceber a relação de dependência dos agricultores familiares entrevistados em relação à necessidade de condições de permanência no desempenho dessas atividades.

Por fim, nos foi possível perceber, através da coleta de informações de campo, que as preocupações negativas e os potenciais positivos presentes no imaginário dos entrevistados apresentam uma concepção voltada à necessidade de busca conjunta por uma forma de desenvolvimento que compreenda a importância das atividades





desenvolvidas historicamente na região. Esta forma seria combinando o desenvolvimento econômico - proposto pela expansão das atividades de mineração – com a devida atenção e fortalecimento de práticas (produtivas, culturais, sociais e simbólicas) desenvolvidas pela população. A concepção observada em campo apresenta profundas relações com a perspectiva do conceito de “Desenvolvimento Incluyente” que, de acordo com Sachs (1986) se constitui através de três condições: (1) o primado da lógica das necessidades sociais sobre o produtivismo; (2) a procura por estratégias socioeconômicas que permitam viver em harmonia com a natureza; e (3) um ampla abertura à inovação social e às reforma institucionais.

#### **4.4 Possíveis Conflitos No Uso Do Solo Na Área De Impacto Direto E De Impacto Indireto Do Empreendimento**

Planejado para explorar de forma inteligente a extração de minerais, o empreendimento em questão adota os melhores métodos e tecnologias do setor, buscando excelência nos indicadores ambientais, reduzindo e mitigando os impactos ao meio ambiente natural e antrópico.

Conforme a visão aprofundada da percepção da população em relação aos possíveis conflitos na área de impacto direto do empreendimento, amplamente explorados na seção 4.3 deste relatório, foi possível perceber que existe preocupação com os desdobramentos das atividades de mineração sobre a produção familiar, pela questão da conversão de áreas. Preocupação que manifesta grande relevância no tocante ao valor simbólico, econômico, cultural e social atribuído às práticas dos agricultores familiares do município, com destaque para a produção de alimentos.

Já em relação aos possíveis conflitos nas áreas de impacto indireto do empreendimento pretendido, destaca-se os decorrentes da ocupação da malha viária do município, o que já ocorre devido ao polo cimenteiro da região. É sabido que dependendo das estratégias de viabilização do escoamento dos materiais extraídos na nova área, poderá acarretar na deterioração das vias e no incremento do tráfego de veículos pesados.



#### **4.5 Cadeias Produtivas Locais Que Sofrerão Impactos Negativos Com a Instalação e Operação do Empreendimento.**

Conforme abordado ao longo desta seção 4, a cadeia produtiva local tem forte atuação na monocultura extensiva da cana-de-açúcar e culturas agrícolas diversas como coco-da-baía, abacaxi, mandioca, manga, mamão, banana e maracujá. Com exceção da cana-de-açúcar, os demais insumos não sofrem qualquer tipo de transformação e, quando não consumidos dentro do núcleo familiar produtor, são comercializados em feiras na região.

O método adotado para atividade extrativista mineral deste empreendimento tem por objetivo desenvolver a lavra com o menor impacto ao meio ambiente, sendo projetada para confiná-los dentro do perímetro do mesmo. Logo estima-se que não haverá impacto negativo sobre as cadeias produtivas locais, uma vez que, as áreas diretamente afetadas pela futura atividade já pertencem à Mineração Nacional.

## **5 QUALIDADE DE VIDA E INFRAESTRUTURA.**

### **5.1 Índice De Desenvolvimento Humano E Índice De Desenvolvimento Humano Municipal Em Caaporã.**

O Índice de Desenvolvimento Humano é um indicador que vai de zero a um. Quanto mais próximo de um, maior o desenvolvimento humano. O índice mede o desenvolvimento a partir de três dimensões: renda, saúde e educação.

O conceito de desenvolvimento humano nasceu definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser. Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades.



A renda é importante, mas como um dos meios do desenvolvimento e não como seu fim. É uma mudança de perspectiva: com o desenvolvimento humano, o foco é transferido do crescimento econômico, ou da renda, para o ser humano. O conceito de Desenvolvimento Humano também parte do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana.

São três pilares que constituem o IDH (saúde, educação e renda), o IDH-M segue as mesmas três dimensões do IDH Global - longevidade, educação e renda, mas vai além, adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros. Assim, o IDHM - incluindo seus três componentes, IDHM Longevidade, IDHM Educação e IDHM Renda - conta um pouco da história dos municípios em três importantes dimensões do desenvolvimento humano.

O Brasil em 2017 nem piorou, nem melhorou no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o índice não mudou. Além disso, o IDH do país é praticamente o mesmo dos dois anos anteriores, isso evidencia que não houve desenvolvimento estando o índice estacionado há dois anos.

Um dos aspectos que mais frearam o avanço brasileiro foi a queda da renda da população, causada pela crise econômica. A renda per capita, um dos critérios que compõem o IDH, caiu em 4% de 2015 a 2017 - de 14,3 mil dólares por ano para 13,7 mil dólares. Já os indicadores de educação e saúde tiveram ligeira melhora.

O PNUD também divulga o Índice de Desenvolvimento de Gênero, que leva em conta a desigualdade entre homens e mulheres, também nos quesitos saúde, educação e renda. No Brasil, os indicadores das mulheres são melhores que os dos homens em saúde e educação, mas a renda das mulheres é 43% menor. Enquanto os homens brasileiros ganham 17 mil dólares por ano, as mulheres recebem 10 mil



dólares por ano. Outro fator de desigualdade é a presença feminina na política. No Brasil, as mulheres ocupam apenas 11% das cadeiras do Congresso. É o menor número da América do Sul.

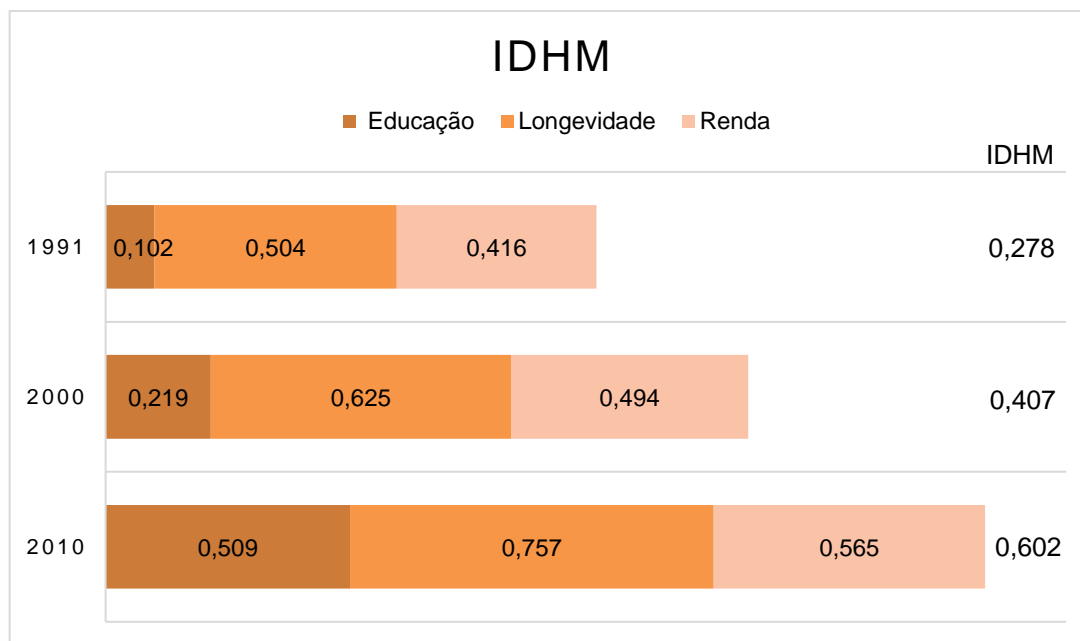
O coeficiente de Gini, instrumento matemático para medir o grau de concentração entre pobres e ricos, coloca o Brasil na posição de nono país mais desigual do mundo. O país fica à frente, apenas, de África do Sul, Namíbia, Botsuana, Zâmbia, República Centro-Africana, Lesoto, Moçambique e Suatini (ex-Suazilândia) - todos na África.

A Paraíba ocupa a 23ª posição entre as 27 unidades federativas brasileiras segundo o IDHM. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,824 (Distrito Federal) e o menor é 0,631 (Alagoas).

O IDHM é um índice composto que agrega 3 das mais importantes dimensões do desenvolvimento humano no município: a oportunidade de viver uma vida longa e saudável, de ter acesso ao conhecimento e ter um padrão de vida que garanta as necessidades básicas, representadas pela saúde, educação e renda.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Caaporã é 0,602, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,290), seguida por Longevidade e por Renda. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Longevidade (com crescimento de 0,121), seguida por Educação e por Renda. Abaixo a figura apresenta dados relativos à evolução do IDH –M no município de Caaporã obtidos em 1991, 2000 e 2010 (IDEME):

Figura 27: Evolução do IDH-M - Caaporã



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013 – Perfil IDEME.

De acordo com pesquisas do IDEME, entre 2000 e 2010 o IDHM passou de 0,407 em 2000 para 0,602 em 2010 - uma taxa de crescimento de 47,91%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 32,88%. Entre 1991 e 2000 o IDHM passou de 0,278 em 1991 para 0,407 em 2000 - uma taxa de crescimento de 46,40%. O hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 17,87%. Entre 1991 e 2010 Caaporã teve um incremento no seu IDHM de 116,55% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47,46%) e acima da média de crescimento estadual (72,25%). O hiato de desenvolvimento humano, foi reduzido em 44,88% (IDEME, 2010). Através da visualização da tabela abaixo pode-se quantificar as taxas de crescimento do IDH –M do município de Caaporã no intervalo entre os anos de 1991 e 2010:

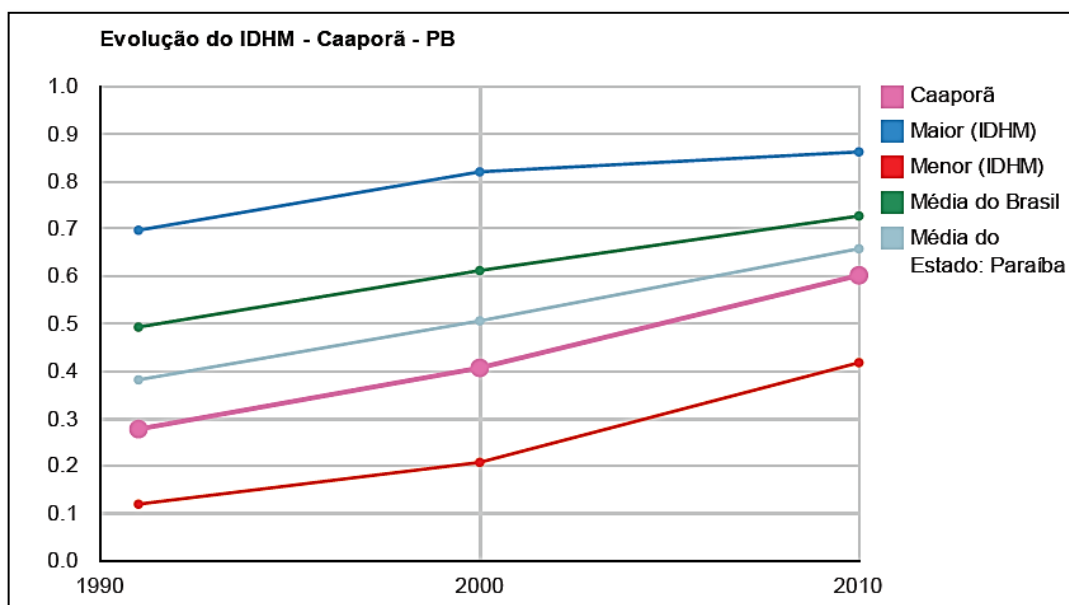
Tabela 4: Crescimento do IDH-M Caaporã - 1991 e 2010

	Taxa de Crescimento	Hiato de Desenvolvimento
Entre 1991 e 2000	46,40%	17,87%
Entre 2000 e 2010	47,91%	32,88%
Entre 1991 e 2010	116,55%	44,88

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/ perfil IDEME.

Já no gráfico apresentado abaixo, se pode observar o quadro de evolução comparada do IDH-M municipal em relação às médias obtidas na coleta de dados do IDEME junto ao Estado da Paraíba e Brasil:

Figura 28: Evolução comparada do IDH-M - Caaporã



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - IDEME.

Caaporã ocupa a 4101ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 4100 (73,67%) municípios estão em situação melhor e 1.465 (26,33%) municípios estão em situação igual ou pior (IBGE). Ainda de acordo com o último censo do IBGE, em relação aos 223 outros municípios de Paraíba, Caaporã ocupa a 69ª posição, sendo que 68 (30,49%) municípios estão em situação melhor e 155 (69,51%) municípios estão em situação pior ou igual.

## 5.2 Condições de Saneamento Básico.

A questão do saneamento básico ainda é muito grave no Brasil: apenas 40% do esgoto é coletado no país (IBGE). Tal dado é alarmante diante do grau de urbanização existente, e mesmo diante da importância do saneamento, que em larga escala é capaz de gerar empregos e diminuir contaminação da população por doenças hídricas.





O saneamento básico no Brasil tem suas diretrizes estabelecidas na Lei nº 11.445/07, sendo o conjunto de infraestruturas, serviços e instalações operacionais de abastecimento de água potável, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, esgotamento sanitário, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas, drenagem e manejo das águas pluviais.

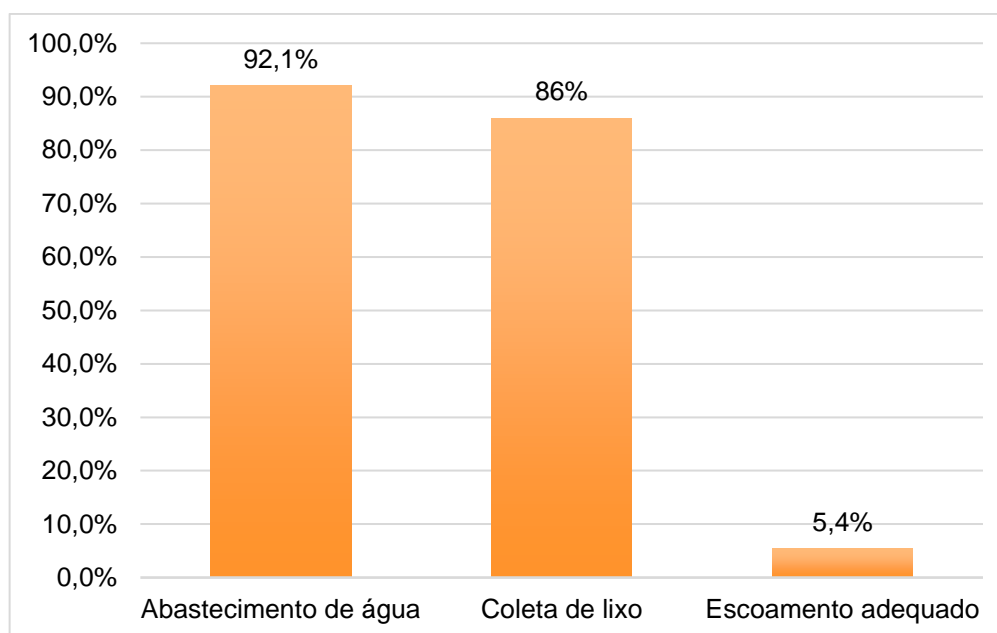
A importância do saneamento ultrapassa a questão social, já que impacta a saúde pública, o meio ambiente e a economia do país. Por ser uma estrutura que traz benefícios amplos para a população, deveria possuir mais investimento, mas não é o que se acontece.

Um levantamento divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em 2018, com base em dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta que há uma baixa qualidade de saneamento básico na maior parte dos municípios paraibanos.

De acordo com o relatório, das 223 cidades do estado, 137 registraram doenças relacionadas à falta de saneamento no ano passado, sendo a dengue a mais comum nas ocorrências. Ao todo, 114 municípios contabilizaram os casos. A lista é seguida por diarreia, zika, chikungunya e doenças no aparelho respiratório.

As condições de saneamento e serviços correlatos do município de Caaporã, interferem nas condições de saúde da população. Dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que na área rural do município, a coleta de lixo atendia 77,2% dos domicílios. Quanto à cobertura da rede de abastecimento de água, o acesso nessa área estava em 50,0% dos domicílios particulares permanentes e 27,6% das residências dispunham de esgotamento sanitário adequado (IBGE). No caso da área urbana, o gráfico abaixo fornece a distribuição desses serviços para os domicílios particulares permanentes:

Figura 29: Percentual de saneamento básico nos domicílios - 2010



Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 2000 e 2010.

## 5.2.1 Abastecimento e Uso da Água.

### 5.2.1.1 Uso da água em termos de qualidade

Para caracterizar uma água são determinados diversos parâmetros, que são indicadores da qualidade da água e se constituem “não conformes” quando alcançam valores superiores aos estabelecidos para determinado uso. As características físicas, químicas e biológicas da água estão associadas a uma série de processos que ocorrem no corpo hídrico e em sua bacia de drenagem.

A caracterização da qualidade das águas superficiais e subterrâneas na área de estudo foi realizada por meio de coleta e análise de amostras, para a determinação de suas características físicas, químicas e bacteriológicas. As coletas de amostras das águas superficiais foram realizadas nas sub bacias dos rios Papocas, Aterro e Abiaí. A caracterização das águas subterrâneas foi realizada a partir das amostragens realizadas em seus três poços tubulares de captação particular próximo a área de estudo.

No que se refere a qualidade das águas superficiais no entorno do empreendimento, foram selecionados 7 pontos amostrais. Após a realização da



coleta, preservou-se as amostras conforme procedimento descrito no Guia de Coleta e Preservação de Amostras da Agência Nacional da Água e CETESB.

As coletas foram realizadas no mês de dezembro, a presente data caracterizou-se por ser em uma época com menor densidade pluviométrica, consequentemente menores vazões. As análises de qualidade das águas neste período se fazem necessárias de modo a entenderem-se as concentrações dos parâmetros analisados em estações de pouca vazão e consequentemente baixa diluição.

Após as análises das amostras realizadas, foi constatado que para todos os pontos coletados o Índice de Qualidade da Água (IQA) pode ser considerado como “ bom ” segundo a escala da CETESB que varia de uma escala entre  $52 \leq IQA < 80$ .

Para informações completas sobre o processo de análise da qualidade da água realizado, vide TOMO II – MEIO FÍSICO do presente Estudo de Impacto Ambiental apresentado.

#### 5.2.1.2 Povoamentos urbanos e rurais, influência nas águas superficiais e subterrâneas e demandas atuais e futuras de água.

O Brasil é um país rico em recursos hídricos, porém, o cenário enfrenta três problemas principais: a má distribuição desse recurso pelo território – já que 70% da água do país se aglomera na região amazônica, onde apenas 20% da população brasileira vive -, a grande concentração de pessoas em regiões semiáridas (com secas sazonais e crises crônicas) e a escassez estrutural nas áreas metropolitanas do país, fatores que dificultam o abastecimento de água.

O município de Caaporã encontra-se inserido nos domínios da bacia hidrográfica do Rio Abiaí. Os principais cursos d'água são: os rios Papocas, Camocim, Pitanga, Dois Rios, do Galo e Goiana, além dos riachos: Taberubus, Cupissura, Tamanduá e Farias.



O sistema público de abastecimento de água do município de Caaporã é realizado pela Companhia de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA. A rede de distribuição pública de água atende prioritariamente a sede municipal e os distritos com água tratada, sendo que a grande maioria dos domicílios se utiliza também de outras formas de abastecimento, destacando-se a exploração de recursos hídricos subterrâneos através de poços artesianos e cacimbas.

De acordo com o Censo 2010 do IBGE, 4.531 domicílios possuem abastecimento de água ligada a rede geral de distribuição, em um universo de 5.443 domicílios registrados no município de Caaporã. Quanto ao abastecimento de água para atividades produtivas, os agricultores que não possuem sistema de irrigação, durante o chamado verão (época de escassez de chuvas), ficam à mercê da resiliência dos gêneros cultivados e da capacidade de sobrevivência e resistência. Dados do Censo indicam fontes alternativas como as nascentes, poços e coleta em rios e igarapés.

### **5.2.2 Esgotamento Sanitário**

O município de Caaporã até o momento não possui uma rede geral de esgotamento sanitário implantada, mas está em fase de implantação, com previsão de conclusão até dezembro. As obras de saneamento acontecem a partir de convênio com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), onde a pretensão é sanear 100% do município.

A maioria dos esgotos ainda são coletados através de tubulações e direcionados para fossas sépticas ou lançados a céu aberto, sendo muitas vezes os efluentes lançados diretamente no solo, o que acarreta doenças gastrointestinais e também de pele, como as micoses, dermatites de contato, entre outras.

De acordo com o IBGE cidades, com base no Censo de 2010, apenas 316 domicílios do município de Caaporã possuíam esgotamento sanitário, sendo que somente 14 era de fossa séptica, 184 fossa rudimentar e os demais escoavam na “vala”, ou seja, à céu aberto. Em entrevista com moradores do município, foi relatado que há muito tempo vêm sendo realizadas as obras de esgotamento sanitário, porém

com muita morosidade e equívocos na execução, que apresentam problemas antes mesmo da conclusão da obra, como refluxo em encanamentos. Em relação aos indicadores de habitação do município, pesquisas do IDEME revelam a evolução dos indicadores apontados abaixo:

Figura 30: Condições e acesso à água, energia e coleta de lixo (urbano)

<b>Indicadores de Habitação - Caaporã</b>			
	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
% da população em domicílios com água encanada	38,83	56,45	86,11
% da população em domicílios com energia elétrica	66,64	93,12	98,52
% da população em domicílios com coleta de lixo (somente população urbana)	43,25	76,72	86,46

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013 - IDEME.

### 5.2.3 Destino dos resíduos sólidos

Em Caaporã, a coleta e disposição dos resíduos sólidos apresenta-se precária, listando-se as seguintes constatações aferidas nos levantamentos de campo: são usados caminhões velhos abertos, tipo caçambas e depreciados, impróprios para a função de coleta de resíduos; inexistência de estruturação apropriada, com trabalhadores despreparados e desinformados, que não utilizam equipamentos de proteção individual; os resíduos urbanos gerados são depositados de forma inadequada, ou seja, em lixão a céu aberto sem nenhum tratamento, e conseqüentemente causando poluição do solo, do ar, da água, e o aparecimento contínuo de vetores causadores de doenças.

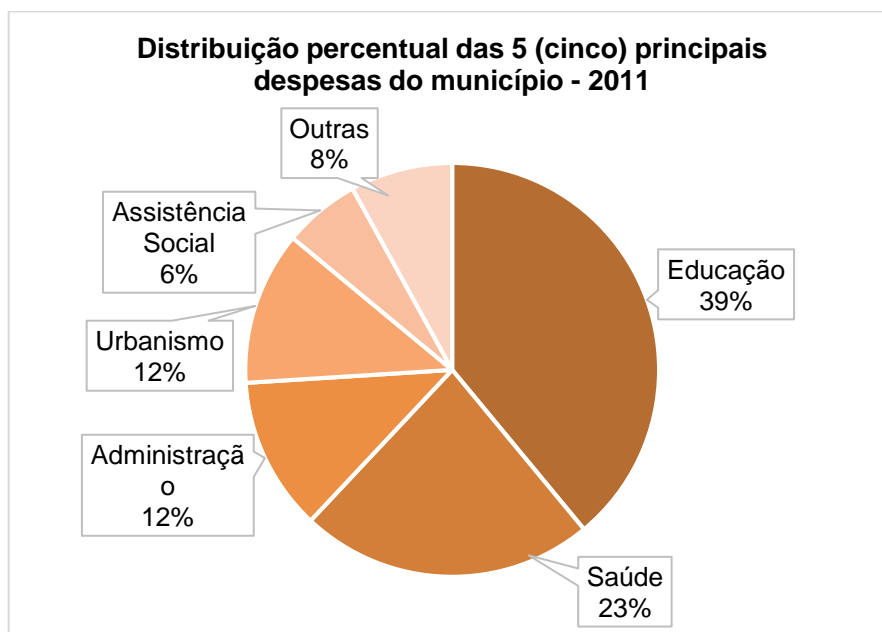
## 6 INFRAESTRUTURA SOCIAL

### 6.1 Principais Receitas E Investimentos Municipais

De acordo com o Portal da Transparência, a receita orçamentária do município passou de R\$ 2,88 trilhões em 2005 para R\$ 3.48 trilhões em 2018.

As despesas com educação, saúde, administração e urbanismo foram responsáveis por 86% das despesas municipais. Em assistência social, as despesas alcançaram 6% do orçamento total, valor esse superior à média de todos os municípios do estado, de 5,15%. Abaixo, apresentam-se a os dados relativos ao percentual de despesas do município em nas áreas da educação, saúde, administração, urbanismo e gastos legislativos (MDS/SAGI):

Figura 31: Percentual das despesas do município de Caaporã - 2009



Fonte: Diagnóstico socioeconômico MDS/SAGI.

### 6.2 Educação

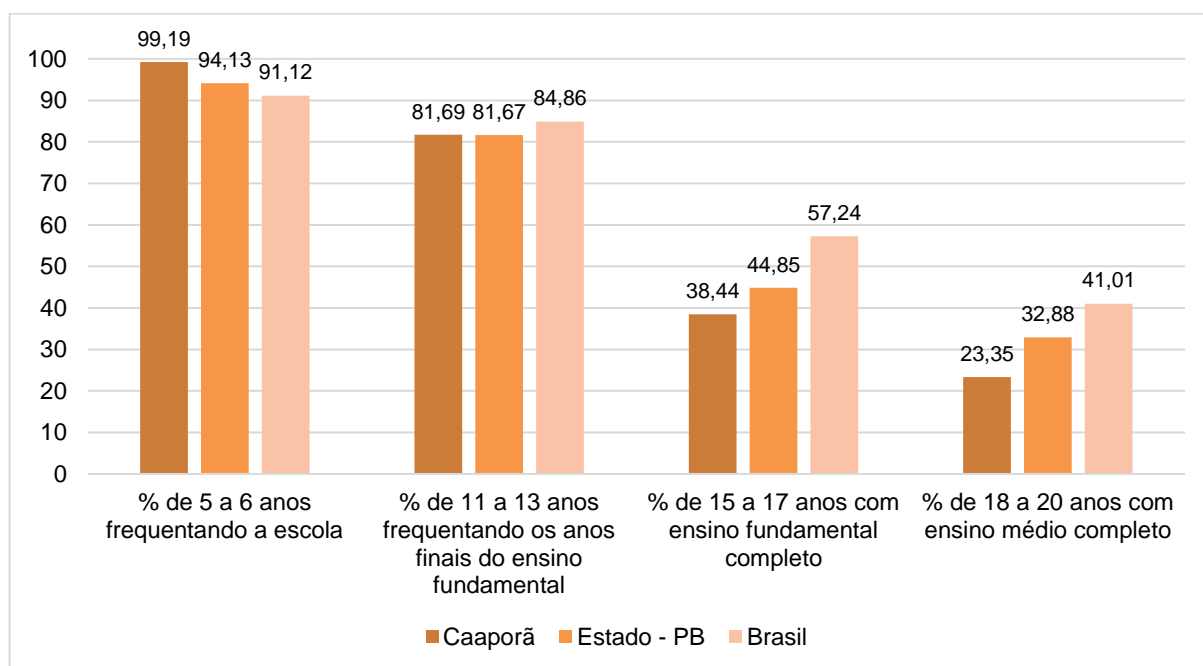
Dados em relação a proporção de crianças e jovens frequentando a escola - ou com determinados ciclos completos - indicam a situação da educação entre a população em idade escolar nos municípios e compõem o IDHM Educação. De acordo com pesquisas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio



Teixeira (INEP), no período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 33,68% e no período de 1991 e 2000, 110,56%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 415,72% entre 2000 e 2010 e 65,86% entre 1991 e 2000.

Já em relação a proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo, esse índice cresceu 364,81% no período de 2000 a 2010 e 192,23% no período de 1991 a 2000. Sendo que a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 67,63% entre 2000 e 2010 e 0,00% entre 1991 e 2000. Abaixo, se encontram representados os dados relativos ao fluxo escolar comparado por faixa etária obtidos em pesquisas realizadas no município (IDEME):

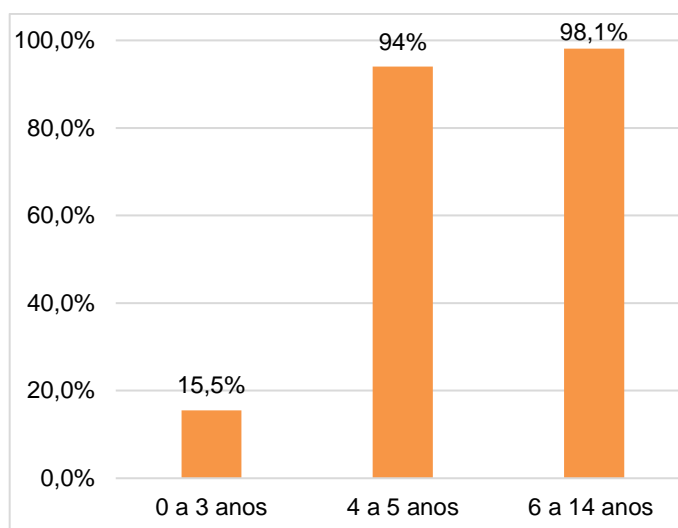
Figura 32: Fluxo escolar por faixa etária - Caaporã



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, IDEME, 2013.

Conforme dados do último Censo Demográfico realizado no município de Caaporã, em agosto de 2010, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 21,9%. Na área urbana, a taxa era de 21,7% e na zona rural era de 23,0%. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, a taxa de analfabetismo era de 9,6% (IBGE). No que concerne à taxa de atendimento da rede educacional do município, os dados do Censo foram calculados por faixa etária, conforme se observa no gráfico abaixo:

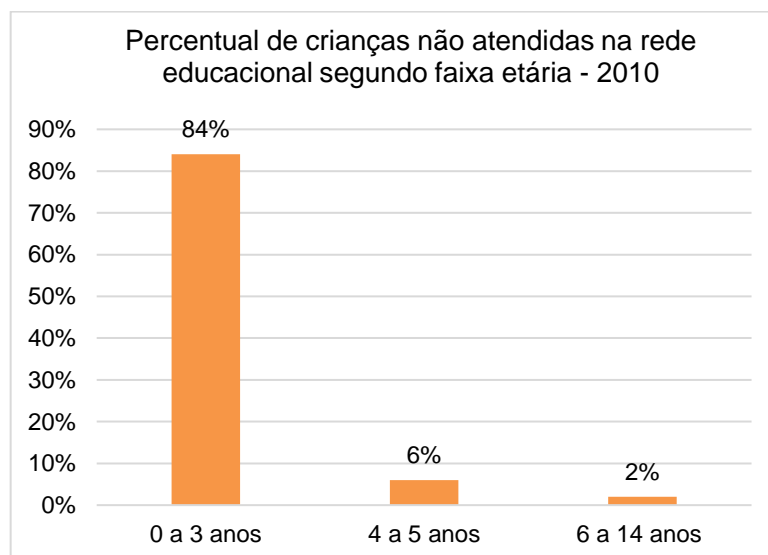
Figura 33: Percentual de crianças atendidas na rede educacional por faixa etária – 2010.



Fonte: Ministério da Educação – MEC 2010.

Em contrapartida, podemos observar os dados relativos ao percentual de crianças não atendidas pela rede educacional segundo faixa etária de acordo com levantamento realizado pelo Ministério de Educação (MEC, 2010) no gráfico abaixo:

Figura 34: Percentual de crianças não atendidas na rede educacional por faixa etária – 2010.



Fonte: Ministério da Educação – MEC 2010.

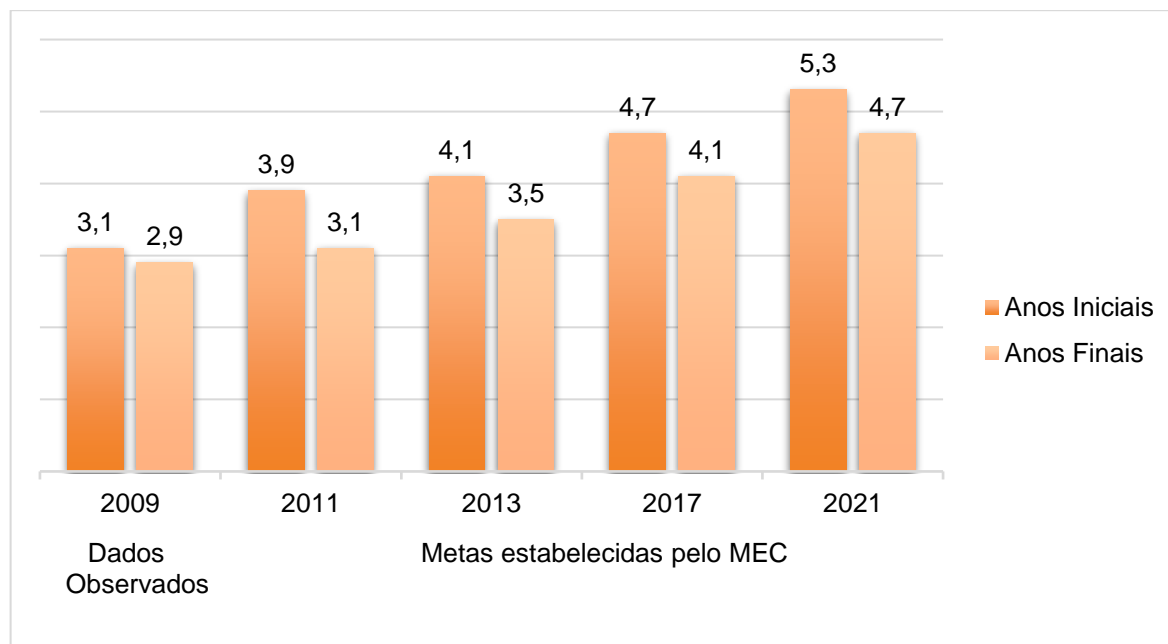
A partir da elucidação dos dados relacionados ao atendimento de crianças por parte da rede educacional, destaca-se, negativamente, o atendimento escolar da parcela da população compreendida entre os 0 e 3 anos de idade. Apontando



insuficiência relevante nos serviços educacionais oferecidos pelo município para esta faixa etária específica.

Foram calculadas, também, metas para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), conforme se observa no gráfico abaixo:

Figura 35: Metas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – 2009 a 2021.



Fonte: Ministério da Educação – MEC 2010.

Ainda de acordo com pesquisas do MEC em 2010, 55,43% dos alunos entre 6 e 14 anos de Caaporã estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta, ou seja, em consonância com a idade ideal. Enquanto que em 2000 eram 25,40% e, em 1991, 10,45%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 18,39% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 2,09% e, em 1991, 0,35%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 4,09% estavam cursando o ensino superior em 2010, 0,76% em 2000 e 0,44% em 1991.

Nota-se que, em 2010, 1,92% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 18,82%. Apesar da indiscutível melhoria no desempenho dos dados do município, em relação ao primeiro Censo Demográfico referenciado, a taxa de frequência escolar dos jovens de 15 a 17 se mostra um pouco abaixo da média nacional.

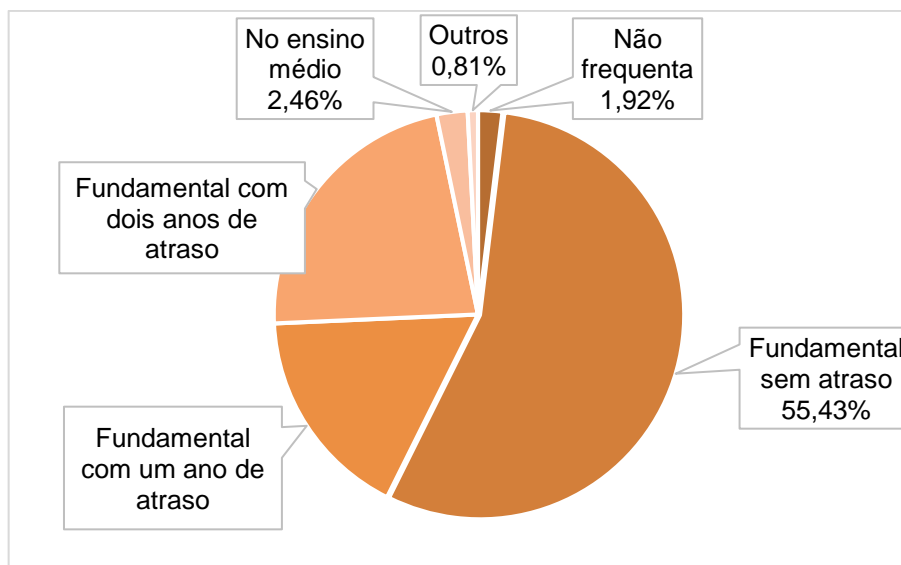


De acordo com dados disponíveis na página da Agência Brasil (2016), enquanto a porcentagem de jovens que concluem o ensino médio na idade certa – até os 17 anos – aumentou em 10 anos, passando de 5%, em 2004, para 19%, em 2014, existem, no entanto, 1,3 milhão de jovens entre 15 e 17 anos no país que deixaram a escola sem concluir os estudos, dos quais 52% não concluíram sequer o ensino fundamental. A publicação ainda destaca que este é o subgrupo mais vulnerável da população brasileira neste aspecto, pois são brasileiros que, caso não voltem a estudar, “terão altíssima probabilidade de inserção precária no mercado de trabalho, além de não terem tido seu direito à educação básica assegurado” (AGÊNCIA BRASIL, 2016).

A partir destas considerações, o estudo publicado reforça a necessidade de entender o perfil do jovem que evade da escola e de identificar os momentos em que esse movimento é mais provável, apontando para a importância de ações dessa natureza, que devem ser realizadas pelos gestores de escolas e dos sistemas educacionais.

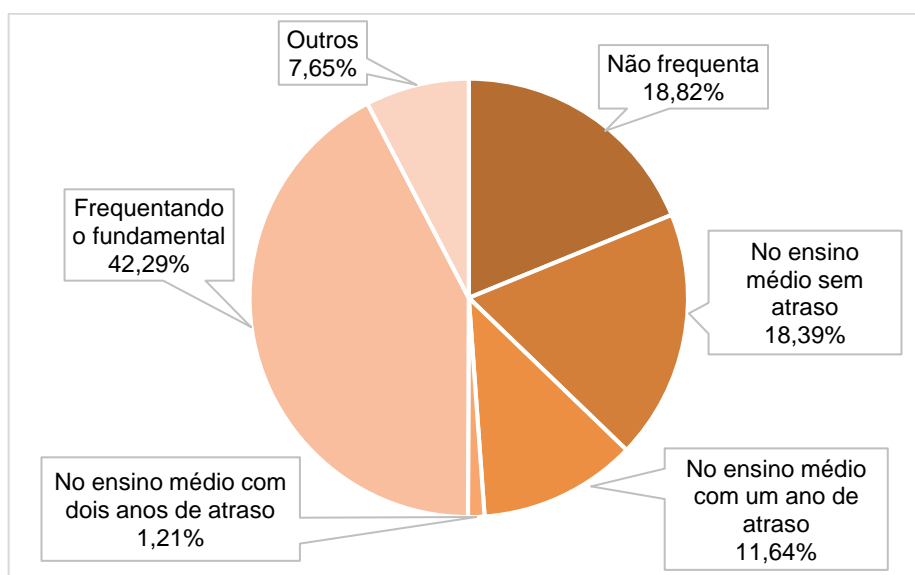
Sobre as informações relativas à frequência escolar, de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano (IDEME), podemos observar os seguintes dados dos indivíduos entre os 06 aos 14 anos (Figura 36) que, por vez, compõem a maior parcela da população do município, além dos indivíduos situados entre os 15 e 17 anos (Figura 37) e entre 18 e 24 anos (Figura 38):

Figura 36: Frequência escolar de 6 a 14 anos – Caaporã – 2010.



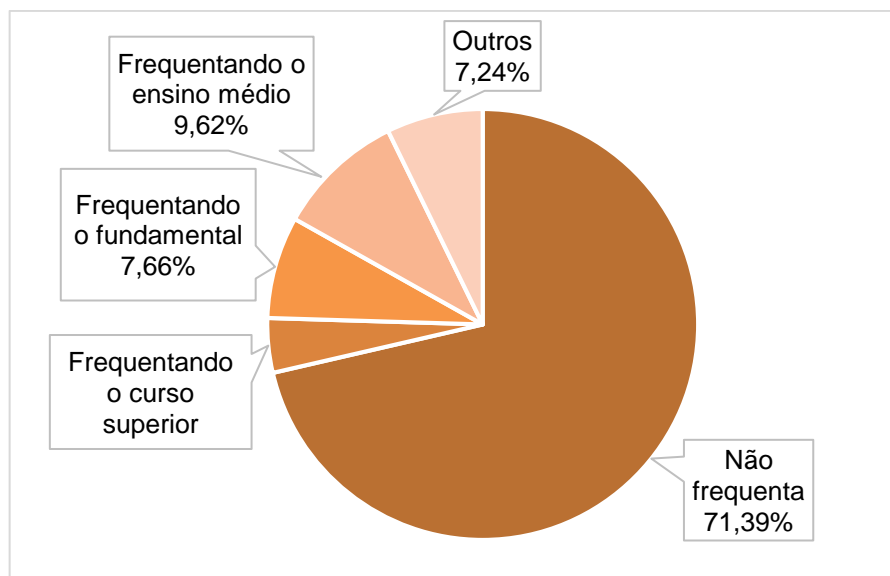
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, IDEME, 2013.

Figura 37: Frequência escolar de 15 a 17 anos – Caaporã - 2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, IDEME, 2013.

Figura 38: Frequência escolar de 18 a 24 anos – Caaporã - 2010

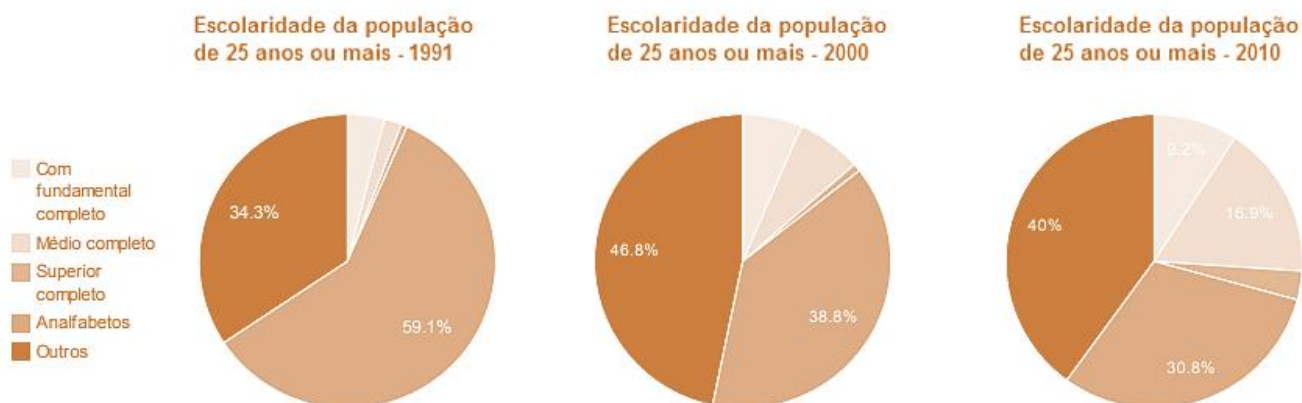


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, IDEME, 2013.

O índice de escolaridade da população adulta se configura como um importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHM Educação. De acordo com os dados levantados pelo censo demográfico do IBGE, em 2010, 35,72% da população de 18 anos (ou mais) de idade tinha completado o ensino fundamental e 23,11% o ensino médio. No Estado da Paraíba, 42,55% e 29,28% respectivamente. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade. No entanto, registra-se que a taxa de analfabetismo da população de 18 anos (ou mais) diminuiu 27,65% nas últimas duas décadas. Abaixo podemos visualizar os dados registrados (IDEME) em relação à evolução das taxas de escolaridade do município de Caaporã através de pesquisas realizadas em 1991, 2000 e 2010:



Figura 39: Evolução das taxas de escolaridade – Caaporã.



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, IDEME, 2013.

Em relação aos anos esperados de estudo, o dado indica o número de anos que a criança que inicia a vida escolar no ano de referência tende a completar. Ainda de acordo com o IDEME, em 2010, Caaporã tinha 8,97 anos esperados de estudo, em 2000 tinha 6,16 anos e em 1991, 4,67 anos. Enquanto que o Estado da Paraíba, tinha 9,24 anos esperados de estudo em 2010, 7,33 anos em 2000 e 6,21 anos em 1991. Dados que demonstram uma defasagem do município neste quesito em relação ao Estado da Paraíba.

Os dados obtidos junto a plataforma do INEP e, organizados na tabela abaixo, se referem ao quantitativo de matrículas iniciais na Creche, Pré-Escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio (incluindo o médio integrado e normal magistério), no Ensino Regular e na Educação de Jovens e Adultos presencial Fundamental e Médio (incluindo a EJA integrada à educação profissional) das redes estaduais e municipais, urbanas e rurais em tempo parcial e integral e o total de matrículas nas redes de ensino supracitadas em Caaporã:

Tabela 5: Quantitativo de matrículas na rede pública de ensino de Caaporã

Unidades da Federação Municípios Dependência Administrativa	Matrícula inicial											
	Ensino Regular										EJA	
	Educação Infantil				Ensino Fundamental				Médio		EJA Presencial	
	Creche		Pré- escola		Anos Iniciais		Anos Finais				Fundamental	Médio
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral		
CAAPORA												
Estadual Urbana	0	0	0	0	0	0	0	0	520	316	0	127
Estadual Rural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Municipal Urbana	38	112	277	25	794	337	985	191	0	0	165	0
Municipal Rural	39	38	218	10	571	117	217	98	0	0	57	0
Estadual e Municipal	77	150	495	35	1.365	454	1.202	289	520	316	222	127

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018.



Já a tabela abaixo, refere-se à matrícula inicial da Educação Especial, direcionada para pessoas com deficiência, nas redes estaduais e municipais, urbanas e rurais do município e o total de matrículas nessa rede de ensino, de acordo com o INEP (2018):

Tabela 6: Quantitativo de matrículas da educação especial na rede pública de ensino de Caaporã.

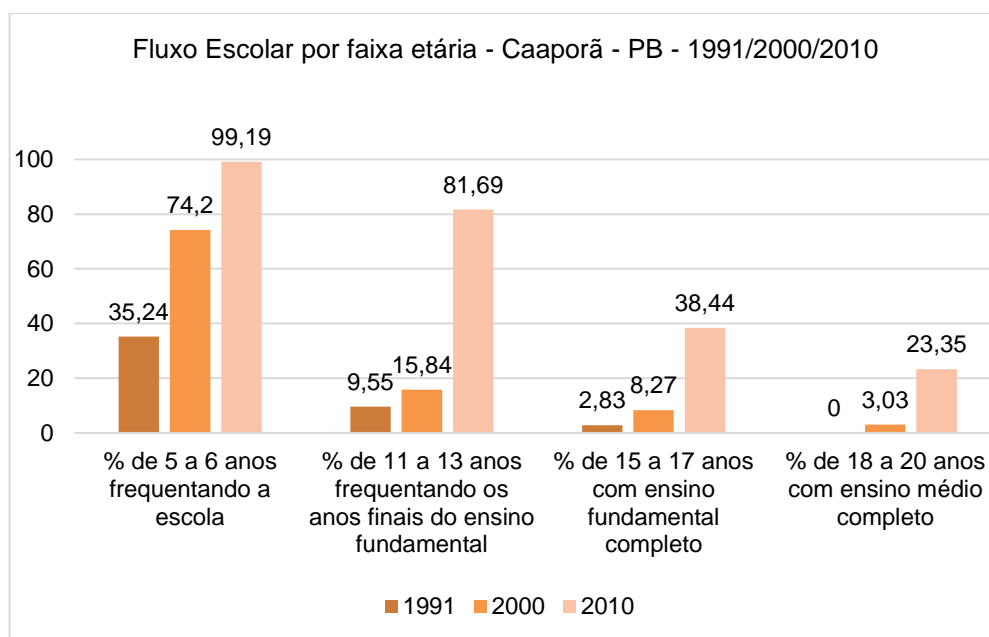
Unidades da Federação Municípios Dependência Administrativa	Matrícula inicial											
	Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)										EJA	
	Educação Infantil				Ensino Fundamental				Médio		EJA Presencial	
	Creche		Pré- escola		Anos Iniciais		Anos Finais				Fundamental	Médio
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral		
<b>CAAPORA</b>												
<b>Estadual Urbana</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	4	3	0	0
<b>Estadual Rural</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Municipal Urbana</b>	0	0	9	0	106	10	41	4	0	0	3	0
<b>Municipal Rural</b>	0	0	1	0	41	1	13	2	0	0	1	0
<b>Estadual e Municipal</b>	0	0	10	0	147	11	54	6	4	3	4	0

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018.

Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 3.7 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 3.3. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava Caaporã na posição 198 de 223. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 117 de 223. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 98.1% em 2010. Isso posicionava o município na posição 65 de 223 dentre as cidades do estado e na posição 1909 de 5570 dentre a totalidade dos municípios do Brasil (INEP).

Em relação aos dados sobre o fluxo escolar por faixa etária no município de Caaporã, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano do IDEME, podemos perceber através da visualização da figura abaixo, uma significativa melhora em todos os grupos investigados quando comparadas as pesquisas realizadas nos anos de 1991, 2000 e 2010:

Figura 40: Fluxo escolar por faixa etária – Caaporã.



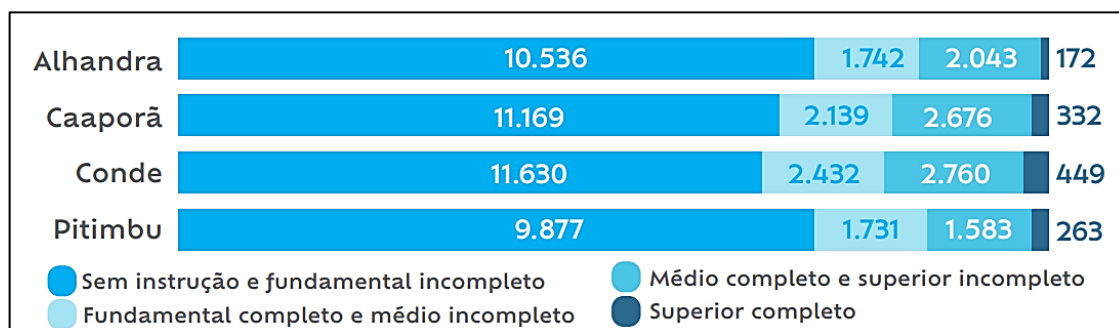
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, IDEME, 2013.

De acordo com a base de dados do IBGE, o município de Caaporã apresentou no ano de 2010 uma taxa de 1,9 % de crianças de 06 a 14 anos que não estavam cursando o ensino fundamental. Em relação aos outros municípios do país ocupa 1909º colocação entre os 5.570 municípios brasileiros, o 65º lugar entre 223

municípios paraibano se o 1º lugar em relação aos outros quatro municípios da microrregião. Em pesquisa realizada em 2017 registrou-se um número de 4.236 matrículas realizadas no ensino fundamental no município de Caaporã. Já em relação à matrículas no ensino médio, foram registradas 705 no mesmo ano.

Quando colocadas em comparação às pesquisas realizadas em 1991, 2000 e 2010, podemos deflagrar que a taxa de analfabetismo entre indivíduos de 18 anos ou mais diminuiu consideravelmente nas últimas duas décadas no município de Caaporã. De acordo com os dados do DataSebrae de 2010, apresentados na figura abaixo, ao estabelecermos uma comparação em relação aos outros municípios que compõem a microrregião, grande parte da população total deste território estava situada na faixa de escolaridade classificada abaixo como “sem instrução e fundamental incompleto”. Destaque para esta informação pois, apesar de Caaporã se situar na segunda posição em relação a sua microrregião, entre 16.316 estudantes, somente 2,03% possuía ensino superior completo, como podemos observar na figura abaixo:

Figura 41: Escolaridade em Caaporã



Fonte: DataSEBRAE, 2010.

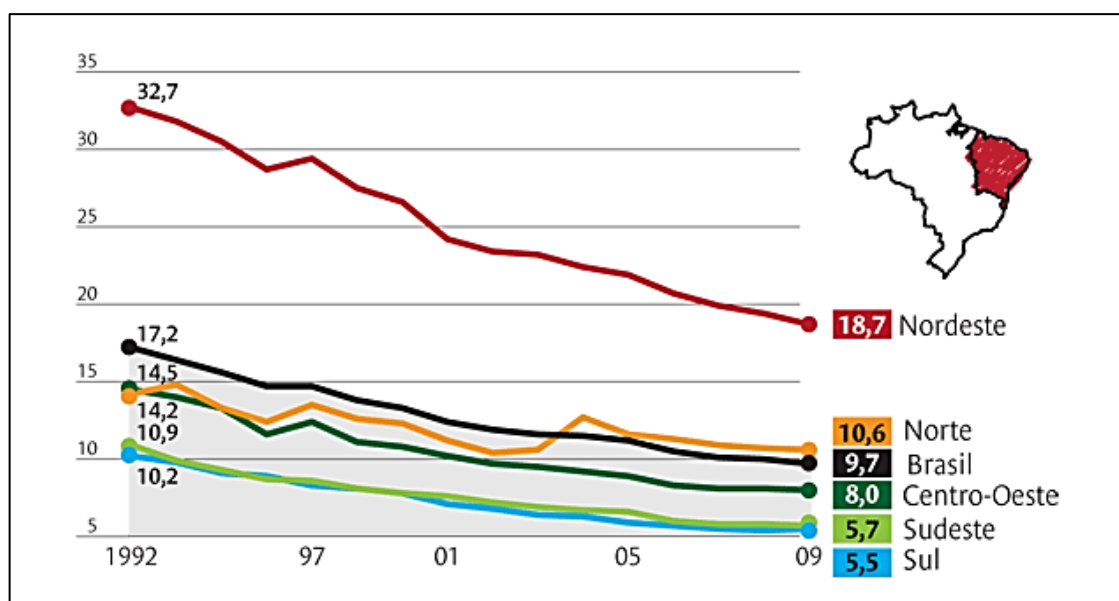
Em relação à taxa de analfabetismo da população brasileira, pesquisas mostram uma diminuição gradativa, mas não o suficiente para elevar o nível educacional no país. É isso o que revelou o estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2009, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O documento intitulado: “*Primeiras Análises: Situação da Educação Brasileira - Avanços e Problemas*” (2009) mostra que, ainda que a média de anos de estudo tenha subido, o país ainda tem 9,7% da população analfabeta, ou seja, cerca de 14 milhões de pessoas. De 1992 a 2009, esse número teve uma queda de 7,5 pontos percentuais,

mas isso não se deu de maneira igualitária em todo o país. A diminuição mais acentuada ocorreu no Nordeste, cuja população analfabeta passou de 32,7% em 1992 para 18,7%, em 2009. Sobre esta questão, destacamos a fala da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do IPEA:

A região nordeste teve um impacto maior causado pelas políticas públicas destinadas à redução do analfabetismo, principalmente nos grupos de idade mais avançada, como programas de alfabetização (CASTRO, Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do IPEA).

De acordo com a pesquisa citada, apesar da melhoria deste índice na região nordeste, esta região ainda concentra um número de analfabetos maior que a média nacional. Além disso, chama a atenção também a estagnação dos indicadores de analfabetismo nas demais regiões do país, como podemos observar na figura abaixo:

Figura 42: Taxas de analfabetismo nas diferentes regiões do Brasil.



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, IDEME, 2013.

Já em relação ao desempenho do município de Caaporã no ensino superior, e na perspectiva de possibilitar condições de acesso e gradativo aumento nos índices dessa natureza aos cidadãos de Caaporã, destacamos a informação obtida através da secretaria de educação do município, que apontou o programa de auxílio aos estudantes universitários de Caaporã.





Tendo em vista proporcionar condições de viabilidade de permanência no ensino superior e com o objetivo de diminuir os índices de desistência dos estudantes universitários do município, a Prefeitura de Caaporã, através da Secretaria de Educação, afirmou disponibilizar 55 ônibus que prestam auxílio para o transporte de cerca de 600 alunos matriculados em universidades e faculdades de João Pessoa e região. Em face da continuidade deste auxílio prestado pela secretaria de educação, é possível vislumbrar um incremento significativo no índice de cidadã os caaporãenses com formação superior completa já nos próximos anos.

Através de um encontro agendado, foi possível a realização de entrevista no dia 12 de março de 2019 junto a membros da secretaria de educação do município. De acordo com os responsáveis pela pasta da educação, Caaporã conta com uma rede de 23 escolas: 02 privadas, 02 estaduais e 19 municipais, atendendo em todos os níveis do ensino pré-escolar, médio e fundamental. Cerca de 5.800 alunos estão matriculados na rede pública, entre as escolas do município presentes no meio rural e no meio urbano. A secretaria de educação conta ainda com 197 docentes atuando no ensino fundamental e 43 no ensino médio. Abaixo, foto da Escola Municipal Maria Emília Valença:

Figura 43: Escola Municipal em Caaporã.



Fonte: Blog Mostra Caaporã.

Ainda de acordo com informações disponibilizadas pela secretaria, além das atividades de formação de professores, técnicos e gestores das escolas municipais de Caaporã, realizadas através de convênio com o Instituto Qualidade de Ensino (IQE) sediado no Estado do Pernambuco, não existem outros programas de capacitação ou cursos profissionalizantes no município. Fato que aponta para a deficiência da atuação da rede de ensino municipal no tocante à oferta de cursos voltados ao ensino técnico e à formação de mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho.

No entanto, representantes da secretaria de educação destacaram a recente inauguração do SENAI – Caaporã, e afirmaram que estão em processo de aproximação com a instituição no intuito de sanar essa deficiência à partir do estabelecimento de parcerias futuras junto ao município.



### 6.3 Saúde

De acordo com VIACAVA ET AL., a partir da publicação do relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS) no ano 2000, a avaliação de desempenho de sistemas de saúde é colocada no centro do debate. Embora a divulgação do ordenamento do desempenho e a metodologia tenham sido bastante criticadas, a OMS protagonizou amplo processo de consulta, discussão e proposições metodológicas nos níveis nacional, regional e internacional (*apud* ALBUQUERQUE e MARTINS (2017)).

No Brasil, no âmbito acadêmico, chegou-se a um consenso quanto à importância da avaliação do desempenho, resultando na elaboração de um quadro teórico-conceitual, que permitisse compreender quais e como se inter-relacionam os fatores que influenciam a eficiência, a efetividade e a equidade no desempenho do Sistema Único de Saúde (SUS) com a finalidade de subsidiar a formulação de políticas e monitorar as desigualdades no acesso e na qualidade dos serviços recebidos.

Através da seleção de alguns dos pontos elencados no quadro de referência para avaliação do desempenho do sistema de saúde que, por vez, propõe análise pautada no entendimento e interpretação sobre contexto político, social e econômico das localidades investigadas, realiza-se o levantamento e análise sobre a conformação atual do município em relação a alguns pontos de destaque.

Dentro desse cenário devem ser identificados os determinantes associados aos problemas de saúde tidos como prioritários, evitáveis e passíveis de intervenção, cuja apreciação deve ser feita considerando o seu impacto em diferentes grupos sociais. A caracterização desses problemas de saúde em termos de mortalidade e qualidade de vida conforma uma segunda dimensão da avaliação, que permite conhecer a magnitude dos problemas e a sua expressão em diferentes regiões, grupos sociais e localidades diversas. Esse perfil deve orientar a estrutura do sistema de saúde (condução, financiamento e recursos) que, por sua vez, condiciona as possibilidades de melhor ou pior desempenho dos serviços de saúde, acesso, efetividade, eficiência, adequação, continuidade, segurança, aceitabilidade e direitos dos pacientes.

A partir destas informações, reiteramos a importância do levantamentos de dados relativos à saúde tendo em vista caracterizar e oferecer subsídios para o monitoramento e avaliação do desempenho do sistema de saúde do município. Com este objetivo, e a partir de busca e acesso às bases de dados públicos disponibilizados pelo DataSUS (2010), nos foi possível conhecer as informações sobre as condições objetivas do município de Caaporã.

Em relação ao quantitativo de profissionais que compõem os recursos humanos atuantes na saúde do município de Caaporã, com base nos dados do DataSUS (2010), observamos na tabela abaixo à partir das categorias selecionadas:

Tabela 7: Recursos Humanos no SUS – Caaporã 2009

<b>Categoria</b>	<b>Total</b>	<b>Atende ao SUS</b>	<b>Não atende ao SUS</b>	<b>Prof./1000 hab.</b>	<b>Prof. SUS/1000 hab</b>
Médicos	33	33	-	1,6	1,6
*Anestesista	1	1	-	0	0
*Cirurgião geral	1	1	-	0	0
*Clínico Geral	8	8	-	0,4	0,4
*Gineco Obstetra	8	8	-	0,4	0,4
*Médico de Família	8	8	-	0,4	0,4
*Pediatria	2	2	-	0,1	0,1
*Psiquiatra	1	1	-	0	0
*Radiologista	1	1	-	0	0
Cirurgião dentista	12	11	1	0,6	0,5
Enfermeiro	10	10	-	0,5	0,5
Fisioterapeuta	4	4	-	0,2	0,2
Fonoaudiólogo	1	1	-	0	0
Nutricionista	-	-	-	-	-
Farmacêutico	4	4	-	0,2	0,2
Assistente Social	1	1	-	0	0
Psicólogo	5	5	-	0,2	0,2
Auxiliar de Enfermagem	20	20	-	1	1
Técnico de Enfermagem	2	2	-	0,1	0,1

Fonte: CNES.



No tocante ao quantitativo de estabelecimentos prestadores de serviço à saúde (no SUS ou não), o município apresenta, de acordo com as informações da tabela abaixo, a seguinte disponibilidade descrita:

Tabela 8: Estabelecimentos prestadores de assistência à saúde – Caaporã.

Número de estabelecimentos por tipo de prestador segundo tipo de estabelecimento Dez/2009					
Tipo de estabelecimento	Público	Filantropico	Privado	Sindicato	Total
Central de Regulação de Serviços de Saúde	-	-	-	-	-
Centro de Atenção Hemoterápica e ou Hematológica	-	-	-	-	-
Centro de Atenção Psicossocial	1	-	-	-	1
Centro de Apoio a Saúde da Família	1	-	-	-	1
Centro de Parto Normal	-	-	-	-	-
Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde	9	-	-	-	9
Clinica Especializada/Ambulatório Especializado	-	-	-	-	-
Consultório Isolado	1	-	1	-	2
Cooperativa	-	-	-	-	-
Farmácia Medic Excepcional e Prog. Farmácia Popular	-	-	-	-	-
Hospital Dia	-	-	-	-	-
Hospital Especializado	-	1	-	-	1
Hospital Geral	-	-	-	-	-
Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	-	-	-	-	-
Policlínica	-	-	-	-	-
Posto de Saúde	-	-	-	-	-
Pronto socorro Especializado	-	-	-	-	-
Pronto socorro Geral	-	-	-	-	-
Secretaria de Saúde	1	-	-	-	1
Unidade Mista - atend. 24h: atenção básica, intern/urg	-	-	-	-	-
Unidade de Atenção à Saúde Indígena	-	-	-	-	-
Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	-	-	-	-	-
Unidade de Vigilância em Saúde	1	-	-	-	-
Unidade Móvel Fluvial	-	-	-	-	-
Unidade Móvel Pré Hospitalar	-	-	-	-	-
Unidade Móvel Terrestre	-	-	-	-	-
Tipo de estabelecimento não informado	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>15</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>17</b>

Fonte: CNES.

Ainda em relação à infraestrutura do município, no tocante aos serviços de saúde, abaixo se apresenta a quantia de leitos disponíveis em Caaporã segundo especialidade (Tabela 09) e, seguidamente, dados sobre os leitos complementares disponibilizados no município (Tabela 10):

Tabela 9: Número de leitos por prestador e especialidade – Caaporã.

Número de leitos de internação existentes por tipo de prestador segundo especialidade Dez/2009										
Especialidade de	Público		Filantropico		Privado		Sindicato		TOTAL	
	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS
Cirúrgicos	-	-	5	5	-	-	-	-	5	5
Clínicos	-	-	14	14	-	-	-	-	14	14
Obstétrico	-	-	5	5	-	-	-	-	5	5
Pediátrico	-	-	13	13	-	-	-	-	13	13
Outras Especialidades	-	-	1	1	-	-	-	-	1	1
Hospital/DIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	-	-	38	38	-	-	-	-	38	38

Fonte: CNES.

Tabela 10: Número de leitos complementares – Caaporã.

Número de leitos complementares existentes por tipo de prestador segundo tipo de leito complementar Jul/2003										
Cirúrgicos	Público		Filantropico		Privado		Sindicato		TOTAL	
	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS	Existentes	SUS
Unidade intermediária	1179	1179	666	666	948	948	2	2	2795	2795
Unidade intermediária neonatal	2540	2540	943	943	778	778	-	-	4261	4261
Unidade isolamento	1889	1889	914	914	1081	1081	1	1	3885	3885
UTI adulto I	1346	1346	1521	1521	5925	5925	-	-	8792	8792
UTI adulto II	3575	3575	3585	3585	2212	2212	-	-	9372	9372
UTI adulto III	829	829	1106	1106	491	491	-	-	2426	2426
UTI infantil I	398	398	150	150	989	989	-	-	1537	1537
UTI infantil II	899	899	435	435	323	323	-	-	1657	1657
UTI infantil III	238	238	272	272	116	116	-	-	626	626
UTI neonatal I	564	564	369	369	1987	1987	-	-	2920	2920
UTI neonatal II	1750	1750	1113	1113	578	578	-	-	3441	3441
UTI neonatal III	331	331	305	305	190	190	-	-	826	826
UTI de Queimados	204	204	50	50	10	10	-	-	264	264
<b>Total</b>	15742	15742	11429	11429	15628	15628	-	-	42802	42802

Fonte: CNES.





Sobre os índices de mortalidade infantil, destacamos que este é um dos aspectos que ocupam lugar especial no inventário demográfico das transformações socioeconômicas. Na avaliação da Organização das Nações Unidas (ONU), a mortalidade relaciona-se direta e obviamente com o bem-estar humano, mostrando-se como indicador relativamente sensível do nível e da distribuição das condições de vida, pois:

“O nível de mortalidade resulta da interação de três conjuntos de fatores que afetam o bem-estar da população: serviços públicos de saúde, que influenciam a mortalidade independente de decisões individuais; serviços que podem levar à melhoria do nível de saúde, como, por exemplo, a disponibilidade da água potável; e, por fim, uma série de características diretamente ligadas ao indivíduo, tais como a renda, a qual afeta a saúde através da nutrição, a moradia e a educação, associadas à rapidez e eficiência com as quais os indivíduos respondem aos serviços de saúde e às ameaças ambientais” (WOOD, 1994).

No tocante à mortalidade infantil, (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) e de acordo com os dados disponibilizados pelo IBGE (1991, 2000 e 2010), o município de Caaporã passou de 51,5 óbitos por mil nascidos vivos, em 2000, para 26,2 óbitos por mil nascidos vivos, em 2010. Em 1991, a taxa era de 91,8. Já no Estado da Paraíba, a taxa era de 21,7, em 2010, de 43,3, em 2000 e 74,5, em 1991. Entre 2000 e 2010, a taxa de mortalidade infantil no país caiu de 30,6 óbitos por mil nascidos vivos para 16,7 óbitos por mil nascidos vivos. Em 1991, essa taxa era de 44,7 óbitos por mil nascidos vivos. Com a taxa observada em 2010, o Brasil cumpre uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, segundo a qual a mortalidade infantil no país deveria estar abaixo de 17,9 óbitos por mil já no ano de 2015.

Além de importantes dados expostos acima acerca das taxas de mortalidade infantil no município de Caaporã, encontram-se disponíveis nas tabelas abaixo os



coeficientes de mortalidade proporcional por faixa etária e grupos de causa (Tabela 11), além dos indicadores de mortalidade do município de Caaporã (Tabela 12):

Tabela 11: Mortalidade proporcional por faixa etária e grupo de causas - Caaporã

Mortalidade Proporcional (%) por Faixa Etária Segundo Grupo de Causas - CID10 - 2008										
Grupo de Causas	< 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	TOTAL
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	12,5	-	-	-	-	8,3	-	10	8,7	7,6
II. Neoplasias (tumores)	-	-	-	-	-	4,2	20	7,5	10,9	7,6
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	-	-	-	100	12,5	46,7	55	54,3	35,9
X. Doenças do aparelho respiratório	12,5	100	-	-	-	16,7	-	12,5	10,9	13
XVI. Algumas afec. Originadas no período perinatal	75	-	-	-	-	-	-	-	-	6,5
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	100	-	33,3	13,3	2,5	4,3	13
Demais causas definidas	-	-	100	-	-	25	20	12,5	10,9	16,3
<b>TOTAL</b>	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.

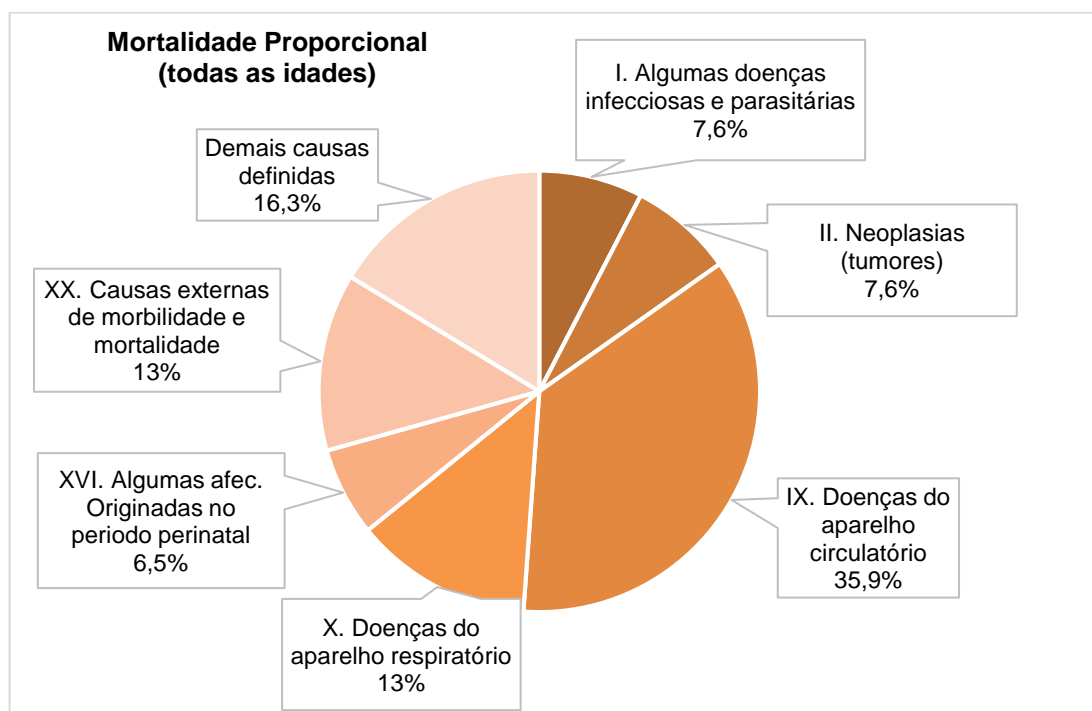
Tabela 12: Indicadores de Mortalidade – Caaporã.

Outros Indicadores de Mortalidade							
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total de óbitos	108	109	91	108	108	119	97
Nº de óbitos por 1000 habitantes	5,6	5,6	4,6	5,2	5,1	5,6	4,9
% óbitos por causas mal definidas	36,1	18,3	7,7	2,8	1,9	4,2	5,2
Total de óbitos infantis	12	9	6	8	7	11	8
% de óbitos infantis por causa mal definidas	5	2	-	-	-	-	-
% de óbitos infantis no total de óbitos	11,1	8,3	6,6	7,4	6,5	9,2	8,2
% de óbitos infantis por causas mal definidas	41,7	22,2	-	-	-	-	-
Mortalidade infantil por 1000 nascidos-vivos	28,6	21	14,9	17,5	20,8	28	18,4

Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.

Abaixo, o gráfico disponível apresenta ainda o registro de mortalidade proporcional do município de Caaporã em distribuição por idade:

Figura 44: Mortalidade Proporcional – Caaporã.



Fonte: SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.

Destacamos, por fim, em relação às taxas de mortalidade apresentadas (infantil e geral), que esse coeficiente é um importante indicador de saúde que, além de informar a respeito dos níveis de saúde de uma população, sintetiza as condições de bem-estar social, político e ético de dada conformação social (COSTA, 1995).

Além dos dados e indicadores em relação à mortalidade, o fator; esperança de vida ao nascer, é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). No município, a esperança de vida ao nascer cresceu 7,9 anos na última década, passando de 62,5 anos, em 2000, para 70,4 anos, em 2010. Em 1991, era de 55,3 anos. No Brasil, a esperança de vida ao nascer é de 73,9 anos, em 2010, de 68,6 anos, em 2000, e de 64,7 anos em 1991 (IBGE). Abaixo, podemos observar os dados percentuais disponibilizados pelo PNUD em relação à taxa de longevidade, mortalidade e fecundidade em Caaporã:

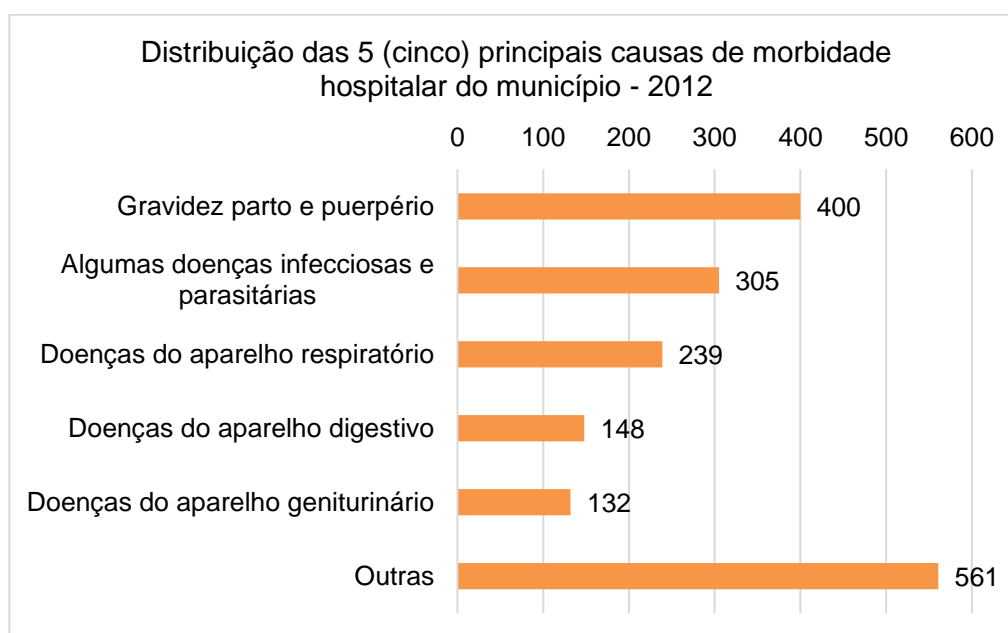
Tabela 13: Taxa de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – Caaporã.

Longevidade, mortalidade e fecundidade - Caaporã			
	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer	55,3	62,5	70,4
Mortalidade infantil	91,8	51,5	26,2
Mortalidade até 5 anos de idade	118,3	66	28,2
Taxa de fecundidade total	5,3	3	2,5

Fonte: PNUD, 2010

Outro importante índice mapeado sobre as condições de saúde oferecidas pelos municípios, se refere às taxas de morbidade hospitalar (Ministério da Saúde, 2012). As 5 (cinco) principais causas de morbidade hospitalar no município de Caaporã se encontram listadas no gráfico abaixo:

Figura 45: Principais causas de morbidade hospitalar – Caaporã.

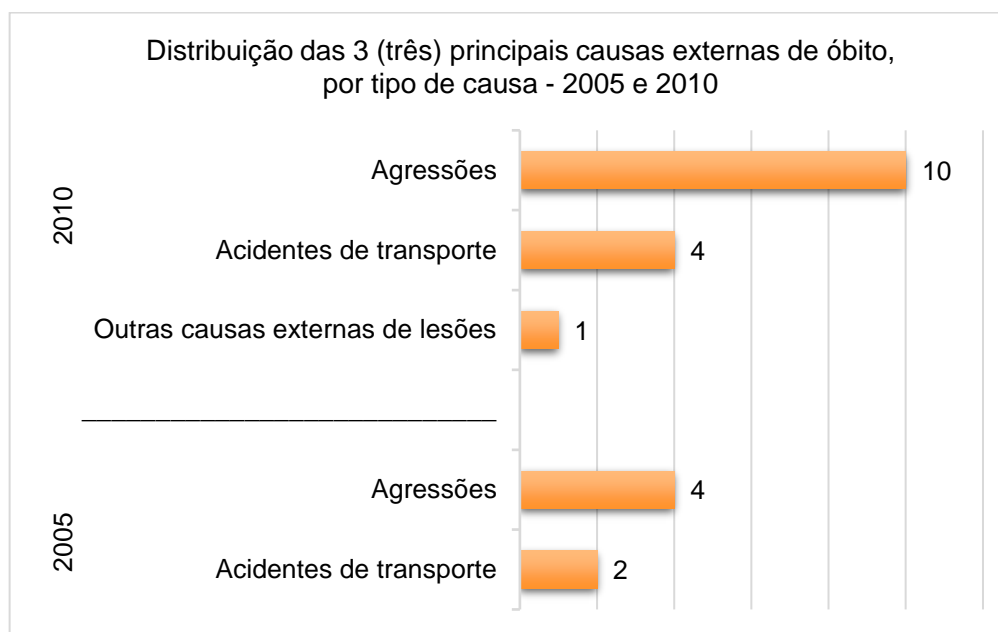


Fonte: Ministério da Saúde, 2012.

Além da morbidade hospitalar, é importante assinalar as principais causas externas de óbito relatadas pelo município. De acordo com o Censo Demográfico 2010, o total da população de 15 a 29 anos era de 5.953 indivíduos, sendo que 55 faleceram em função de eventos e/ou causas externas (IBGE). Quando analisamos de maneira mais detida essas informações, notamos que as causas de morte variam por município. Em Caaporã, as 03 (três) principais causas externas de óbito dos indivíduos na faixa etária de 15 a 29 anos são, de acordo com dados do Ministério da

Saúde (2012), e tomando por base os anos de 2005 e 2010, as destacadas no gráfico a seguir:

Figura 46: Principais Causas Externas De Óbito – Caaporã.



Fonte: Ministério da Saúde, 2012

Por fim, é importante ressaltar as condições de saneamento e serviços correlatos do município, que interferem nas condições de saúde da população. Dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que na área rural do município de Caaporã, a coleta de lixo atendia 77,2% dos domicílios. Quanto à cobertura da rede de abastecimento de água, o acesso nessa área estava em 50,0% dos domicílios particulares permanentes e 27,6% das residências dispunham de esgotamento sanitário adequado (IBGE).

Relacionada à falta de condições de saneamento básico oferecidas pelo município se situa a incidência de doenças de veiculação hídrica, moléstias de grande impacto na população de Caaporã, com destaque para a zona rural do município; mais próxima dos rios e mais impactada pela falta de saneamento básico pela proximidade à afluentes de esgoto a céu aberto.

O município ainda não possui uma rede geral de esgotamento sanitário implantada. Verificou-se que mais de 80,0% do município não têm tratamento adequado (IBGE), sendo muitas vezes os efluentes lançados diretamente no solo ou



em fossa séptica, o que acarreta doenças gastrointestinais, além de doenças de pele, como micoses, dermatites de contato, entre outras. Dado que somente 16.7% do esgotamento sanitário se encontra na condição adequada segundo o IBGE, podemos perceber a necessidade de ações engendradas pela coordenação de saúde de Caaporã a fim de conter e amenizar as taxas de incidência de esquistossomose e outras verminoses de veiculação hídrica no município, que apresenta um número alarmante de internações por ocasião diarreia (8.7 internações por mil habitantes registradas no município em 2016).

#### **6.4 Assistência Social**

A Assistência Social é um direito do cidadão e dever do Estado, instituído pela Constituição Federal de 1988. A partir de 1993, com a publicação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, é definida como Política de Seguridade Social, compondo o tripé da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e Previdência Social, com caráter de Política Social articulada a outras políticas do campo social.

Em 2005, foi instituído o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, descentralizado e participativo, que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira.

O Sistema organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção social. A primeira é a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda é a Proteção Social Especial, destinada às famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados, por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos (informação disponível no sítio do Ministério da Cidadania).

A vulnerabilidade social é multifatorial, ou seja, é determinada por múltiplos fatores, que em sua maioria decorrem da situação de pobreza ou ausência de renda, porém também está relacionada às fragilidades de vínculos afetivo-relacionais e desigualdade de acesso a bens e serviços públicos. Segundo o Atlas da





Vulnerabilidade Social, publicado pelo IPEA em 2017, de 2011 a 2015, o Brasil manteve a tendência dos últimos anos, de redução da vulnerabilidade social, mas em velocidade menor à observada no período entre 2000 e 2010.

O número de pessoas na faixa de extrema pobreza no Brasil aumentou de 6,6% da população em 2016 para 7,4% em 2017, ao passar de 13,5 milhões para 15,2 milhões de acordo com a Síntese dos Indicadores Sociais 2018, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com definição do Banco Mundial, pessoas em situação de extrema pobreza, são pessoas com renda inferior a US\$ 1,90 por dia ou R\$ 140 por mês. Segundo o IBGE, o crescimento do percentual nessa faixa subiu em todo o país, com exceção da Região Norte onde ficou estável.

Conforme dados do Censo IBGE 2010, a população total do município de Caaporã era de 20.362 residentes, dos quais 3.249 encontravam-se em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00. Isto significa que 16,0% da população municipal vivia nesta situação. Do total de extremamente pobres, 604 (18,6%) viviam no meio rural e 2.645 (81,4%) no meio urbano.

O Censo também revelou que no município havia 368 crianças na extrema pobreza na faixa de 0 a 3 anos e 143 na faixa entre 4 e 5 anos. O grupo de 6 a 14 anos, por sua vez, totalizou 629 indivíduos na extrema pobreza, enquanto no grupo de 15 a 17 anos havia 219 jovens nessa situação. Foram registradas 162 pessoas com mais de 65 anos na extrema pobreza. 41,8% dos extremamente pobres do município têm de zero a 17 anos, conforme tabela a seguir:

Tabela 14: População em situação de extrema pobreza por faixa etária

Idade	Quantidade
0 a 3	368
4 a 5	143
6 a 14	629
15 a 17	219
18 a 39	1.186
40 a 59	542
65 ou mais	162
<b>Total</b>	<b>3.249</b>

Fonte: SAGI/MDS, dados do Censo IBGE 2010

Do total da população em extrema pobreza do município, 842 (25,9%) se classificaram como brancos e 2.338 (72,0%) como negros. Dentre estes últimos, 219 (6,7%) se declararam pretos e 2.119 (65,2%) pardos. Outras 68 pessoas (2,1%) se declararam amarelos ou indígenas. Ainda de acordo com o censo 2010, havia 128 indivíduos extremamente pobres com alguma deficiência mental; 806 tinham alguma dificuldade para enxergar; 195 para ouvir e 284 para se locomover. 632 pessoas extremamente pobres (19,4% do total) não tinham banheiro em seus domicílios. 819 (25,2%) não tinham em suas casas paredes externas construídas em alvenaria.

Das pessoas com mais de 15 anos em extrema pobreza, 781 não sabiam ler ou escrever, o que representa 38,3% dos extremamente pobres nessa faixa etária. Dentre eles, 458 eram chefes de domicílio.

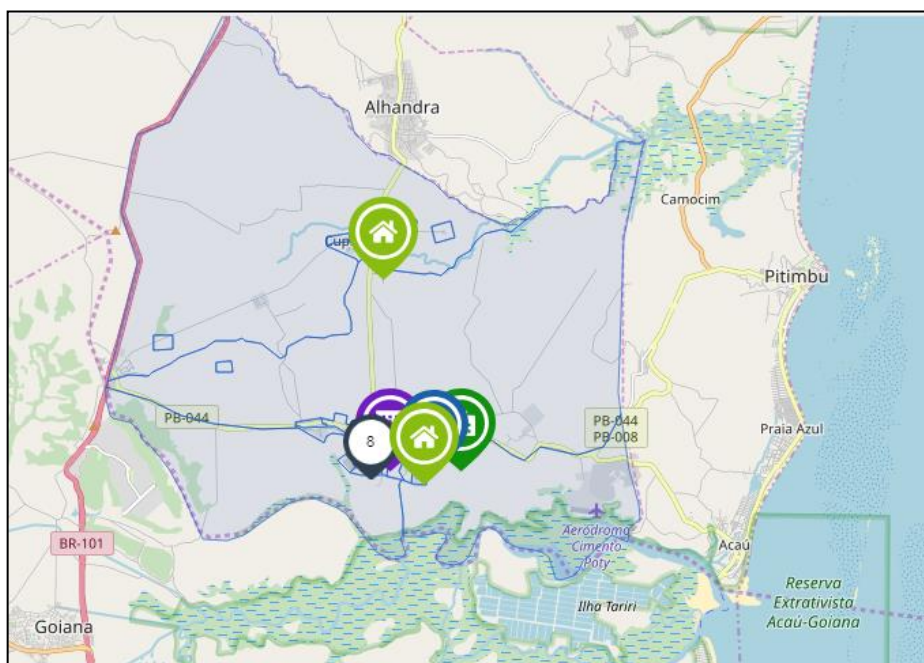
O Censo de 2010 revelou que no município havia 292 crianças de 0 a 3 anos na extrema pobreza não frequentando creche, o que representa 79,3% das crianças extremamente pobres nessa faixa etária. Entre aquelas de 4 a 5 anos, havia 00 crianças fora da escola (0,0 das crianças extremamente pobres nessa faixa etária) e, no grupo de 6 a 14 anos, eram 24 (3,8%). Por fim, entre os jovens de 15 a 17 anos na extrema pobreza, 90 estavam fora da escola (41,0% dos jovens extremamente pobres nessa faixa etária).

Diante dessa expressiva demanda social, encontrada no município de Caaporã, este dispõe na Proteção Social Básica, de 02 Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, órgão considerado a porta de entrada da assistência social,

localizados no distrito de Capissuma e no centro da cidade. Trata-se de uma unidade pública municipal, que deve estar localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à prestação de serviços socioassistenciais de proteção social básica às famílias e indivíduos.

Apesar de possuir 02 CRAS, observa-se que a maioria dos serviços socioassistenciais concentram-se no centro urbano do município, e considerando que a incidência maior de situações de vulnerabilidade e precário acesso à renda se concentram na zona rural, estes encontram-se afastados desses territórios, e consequentemente aquém de atender sua demanda. Abaixo, figura ilustra o mapa da rede de serviços socioassistenciais existentes no município de Caaporã:

Figura 47: Rede de Serviços Socioassistenciais de Caaporã.



Fonte: Mapas estratégicos para políticas de cidadania (MOPS)/SAGI/MDS

O município executa o Programa Primeira Infância no SUAS – Criança Feliz, que tem como objetivo acompanhar e estimular o desenvolvimento cognitivo e afetivo, por meio de visitas domiciliares, a crianças de 0 a 3 anos, beneficiárias do Programa Bolsa Família; e de 0 a 6 anos beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC). O programa tem meta de atendimento pactuada de 300 crianças.

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. O PBF beneficiou, no mês de fevereiro de 2019, 4.131 famílias, representando uma cobertura de 139,2 % da estimativa de famílias pobres no município. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 187,38 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 774.054,00 no mês. Entre os benefícios PBF tem destaque o Benefício de Superação de Extrema Pobreza.

Abaixo, tabela apresenta os benefícios do Programa Bolsa Família concedidos por tipo em Caaporã:

Tabela 15: Benefícios do Programa Bolsa Família por tipo em Caaporã (fev/2019)

<b>Benefícios do Programa Bolsa Família</b>	
Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	4.131
Valor total de recursos financeiros pagos em benefícios às famílias (R\$)	774.054,00
<b>Quantitativo por tipo de benefício</b>	
Benefício Básico	4.045
Benefícios Variáveis	5.261
Benefício Variável Jovem - BVJ	600
Benefício Variável Nutriz - BVN	141
Benefício Variável Gestante - BVG	135
Benefício de Superação da Extrema Pobreza - BSP	1.765

Fonte: Relatório de Informações Bolsa Família SAGI/MDS.

Na Proteção Social Especial o município dispõe de 01 Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) Municipal, que constitui-se em uma unidade pública estatal, responsável pela oferta de atenções especializadas de apoio, orientação e acompanhamento a indivíduos e famílias em situação de ameaça ou violação de direitos, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação trabalho infantil, entre outras.

Os serviços de proteção especial têm estreita interface com o sistema de garantia de direitos, prescindindo do Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos e ações do Executivo. Na figura abaixo, podemos observar a Rede Socioassistencial do SUAS disponível em Caaporã:

Figura 48: Rede Socioassistencial do SUAS em Caaporã.

Equipamento da Rede Socioassistencial do SUAS			
	Qtd de Equipamentos Ativos	Confinenciado(s) pelo	Preencheram o Censo SUAS 2018
CRAS	2	1(maio/2018)	-
CREAS Municipal	1	1(junho2018)	-

Fonte: CensoSUAS, 2016 – MDS.

## 6.5 Políticas de Inclusão Produtiva

Não foram identificadas no município ações e atividades de promoção de atividades produtivas, como cursos profissionalizantes ou projetos de promoção do acesso ao mercado de trabalho, de acordo com a Secretária de Educação do município essa demanda é suprida com a concessão de transporte para os moradores realizarem cursos em João Pessoa ou Goiana.

Recentemente, há cerca de 6 meses, foi inaugurada uma unidade do SENAI, onde são ofertados cursos nas áreas de Automação, Mecânica de Automóveis e Eletricidade Predial. A Unidade do SENAI em Caaporã está dotada de laboratórios de Automação, Informática, salas de aula modernas, equipadas com recursos inovadores, que permitem a transmissão de conteúdo, na modalidade à distância, e oficinas de Mecânica de Automóveis, montadas através de parceria com a General Motors do Brasil.

No entanto, segundo relatos colhidos em atividade de campo, os cursos do SENAI não foram amplamente divulgados no município, enquanto vários ônibus fazem o transporte de alunos vindos de outras localidades, o que demonstra a falta de articulação da prefeitura municipal no sentido de garantir vaga para a população do próprio local.

De acordo com os dados mais atualizados do programa de Micro-empresendedores Individuais – MEI (SEBRAE), em fevereiro de 2013, o município contava com 130 pessoas cadastradas como MEI. O município também conta com 01



unidade de distribuição da agricultura familiar, co-financiada pelo Governo Federal, conforme figura abaixo:

Figura 49: Equipamentos de SAN em Caaporã.

Equipamentos (jun/2018)	Funcionando	Em instalação	Paralisado	Recurso Investido
Unidade de distribuição da agricultura familiar	1	-	-	R\$66.141,73
Total de Equipamentos	-	-	-	R\$66.141,73

Fonte: MDS, Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (jun/2018).

As Unidades de Apoio à Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar – UAD são espaços físicos estruturados e equipados com a finalidade de auxiliar o desenvolvimento de atividades de distribuição dos gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar, em especial os adquiridos por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e de apoio à comercialização direta da produção de alimentos da agricultura familiar nos mercados locais e regionais visando o desenvolvimento de projetos de inclusão social e produtiva e o fortalecimento de sistemas agroalimentares de base agroecológica e solidária.

Nas Unidades de Apoio à Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar, os gêneros alimentícios passam pelas etapas de triagem, higienização, separação, processamento (opcional) e acondicionamento, e só então são distribuídos, sendo destinados preferencialmente ao abastecimento da Rede de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (Cozinhas Comunitárias e Restaurantes Populares) e da Rede Pública de Ensino, além de outros Programas Sociais geridos pelo Poder Público e entidades socioassistenciais.

## 6.6 Infraestrutura

O município de Caaporã é composto por um pequeno núcleo urbano com aproximadamente 03 quilômetros de extensão, além de uma extensa área rural. No núcleo urbano estão concentrados os órgãos públicos, equipamentos sociais das políticas públicas de saúde, educação, assistência social e organizações da sociedade civil, infraestrutura bancária, comércio e serviços.





Em relação às condições de acesso ao município podemos notar uma situação relativamente melhor das vias locais em comparação às pistas de acesso aos outros municípios da microrregião, com destaque para a PB 044, via em boas condições que se estendem até a entrada da cidade de Caaporã, situada ao lado das novas instalações do SENAI. No entanto, ao acessar efetivamente as vias de acesso à área urbana do município, péssimas condições de tráfego se apresentam; vias locais esburacadas e desniveladas. Destacamos neste ponto de análise, que de acordo com depoimentos coletados na pesquisa de campo, as boas condições de acesso pela BR 101 são fruto de obras recentes (realizadas a aproximadamente (06) seis meses). Destacamos também que o tráfego massivo de veículos pesados, dado a presença de uma série de indústrias já estabelecidas na região de Caaporã, irá contribuir inevitavelmente, para a deterioração da via que dá acesso ao município. Fato que merece atenção, especialmente dado à perspectiva de aumento de atividades de exploração e, conseqüentemente, do tráfego de veículos deste porte na região.

Além da situação das vias apontada, ressaltamos que o município conta com expressivo número de transportes intermunicipais, que fazem ligação com os municípios vizinhos e com a capital do estado através de ônibus e frota de transportes alternativos.

## 7 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

O município de Caaporã apresenta a seguinte estrutura de organização da máquina pública: Secretaria de Educação, Secretaria de Esporte e Turismo, Secretaria de Desenvolvimento Humano, Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Secretaria de Meio Ambiente, Agropecuária e Pesca, Secretaria de Saúde, Secretaria de Administração e Finanças, Secretaria de Cultura, Secretaria de Administração, Gabinete do Prefeito e Recursos Humanos.

Além da estrutura governamental, a população conta com outras organizações formais (ONGs) e informais de atuação profissional e do desenvolvimento social, envolvidas nas questões ambientais, culturais, religiosas, educacionais, tais como: Associação dos Agricultores, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Associação dos Motoristas, Associação dos Moradores, Associação de Artesões, Associação Fazenda Esperança e ONG Viva Cidadania. As imagens abaixo demonstram a Sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caaporã (Figura 50), a Unidade de oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Figura 51), Secretaria Municipal de Saúde (Figura 52) e a Prefeitura Municipal de Caaporã (Figura 53), Fórum Municipal de Caaporã (Figura 54), Secretaria Municipal de Educação de Caaporã (Figura 55), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Figura 56):

Figura 50: Sindicato dos Trabalhadores Rurais



Figura 51: Unidade de oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos



Figura 52: Secretaria Municipal de Saúde





Figura 53: Prefeitura Municipal de Caaporã.



Figura 54: Fórum Municipal de Caaporã.



Figura 55: Secretaria Municipal de Educação de Caaporã.



Figura 56: Centro de Referência Especializado de Assistência Social





## 8 PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL EM CAAPORÃ

Apesar de a região do município de Caaporã ter sido ocupada pelos índios Caetés originalmente, uma das primeiras propriedades que se tem registro é datada de 1800, o Engenho Tabu, que pertenceu ao Coronel Miranda passando por outros donos, inclusive pela família Lundgren, quando o engenho passou a produzir da palha da cana, rapadura e cachaça produtos que alavancaram a economia no município e na região. Esta propriedade pertence atualmente à Destilaria Tabu e começou suas primeiras operações de exportação já na sua primeira safra, no período de 1979/1980.

Etimologicamente, o engenho se refere à fábrica onde se produzia o açúcar, contudo, seu significado passou a abranger toda a propriedade, desde as terras cultivadas, até as instalações em que se produzia o açúcar. Essas instalações eram a moenda, que se encontra conservada como objeto de decoração no jardim da Casa Grande, a caldeira e a casa de purgar. Abaixo, foto da Fazenda Tabu em 1850 e nos dias de hoje:





Figura 57: Sede da Fazenda Tabu em 1850 e atualmente.



Fonte: Lima, 2003/ <http://www.portaldolitoralpb.com.br/>

Nas proximidades dos rios e marés residem os pescadores, segmento característico da região. Existem os Portos de Gongaçari, das Caixas e Barreiras Grandes. Deles se destacam o Porto de Gongaçari, que além de ter sido um marco

significativo no desenvolvimento de Caaporã, por receber carga interestadual proveniente de Goiana, recebe até os dias de hoje a Procissão Fluvial de São Pedro em uma festa popular que acontece anualmente no dia do santo padroeiro dos pescadores, 29 de Junho. Abaixo, registro da procissão de São Pedro no Porto de Gongaçari:

Figura 58: Procissão Fluvial de São Pedro – Porto de Gongaçari.



Fonte: <http://luciairineu.blogspot.com/2017/02/capela-de-sao-pedro-no-porto-de.html>.

Quando se trata dos espaços urbanos, a praça é um elemento que contextualiza o espaço da cidade na medida em que o acesso livre e possibilidade de convívio social são instituídos. A Praça de São José, conhecida como Praça do Piquete, ainda guarda os resquícios de sua concepção original. A paginação do seu piso é composta alternando pedras portuguesas e tijoleiras em formato quadrado. Este foi um dos primeiros espaços comuns a serem frequentados pela população que formou o bairro do Piquete e proximidades.

A Igreja de Santa Teresinha possui elementos estéticos singulares, como o relógio localizado no centro da fachada principal e a cruz em ferro e vidro que coroa o edifício. Observa-se o uso de elementos vazados nas laterais do pórtico de entrada, marcado pelas colunas que sustentam o pequeno frontão, elementos que remetem ao neoclássico.



A Capela de São Sebastião foi a primeira a ser erguida no município na década de 1940. Sua construção foi feita pelos moradores locais utilizando matéria-prima da localidade como o barro e a madeira, materiais muito utilizados na época para as edificações dos prédios, sejam eles moradias, templos e casas comerciais. Esta capela foi feita de taipa. Passados alguns anos foi demolida e reconstruída em alvenaria de tijolos.

Utilizando o conceito de cultural imaterial como o resultado das diversas criações humanas que imprimem celebrações, saberes e fazeres que identifiquem seus produtores sendo passíveis de reconhecimento e valorização pelos organismos governamentais, instituições privadas, associações civis e, ainda, pela população local, desde sua expressão musical, até sua memória oral, passando por elementos caracterizadores de sua civilização, se faz necessário o seu reconhecimento para que seja reconhecida e preservada.

Em Caaporã as principais festividades realizadas nos distritos e localidades são as seguintes: Festa de São Sebastião, Festa de São José, Missa Comunitária da Comunidade Santo Antônio, Missa Campal, Família Príncipe da Paz, Festa de São Cristóvão, Festa de Corpus Christi, Práticas de Lava pés, Procissão do Silêncio, Carnaval, Festa de São João, Festa de Emancipação, Cavalgada da Paz, Procissão de São Pedro Pescador, Festa de Nossa Senhora da Conceição

Diversas manifestações culturais são encontradas na localidade, como Maracatu, Caboclinho, Cantadores de viola, Curas e rezas. Abaixo, registro de festejos da cultura popular local:

Figura 59: Maracatu de Capissura



Fonte: <http://luciairineu.blogspot.com/2017/07/este-e-o-maracatu-do-senhor-jeronimo.html>

O artesanato local tem como base principal os trabalhos realizados em Crochê, trabalho com fita, feltro e fuxico, trabalho com gesso, cestaria, fabricação de canoas, cordel, olaria e feira livre, que dessa forma caracterizam a atividade cultural do município de Caaporã.





## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do amplo e profundo mapeamento e consulta de dados sobre o município de Caaporã, este documento traz subsídios para a implementação de um empreendimento que compreende a realidade, as necessidades e as especificidades da sociedade caaporãense.

Os dados aqui apresentados reforçam que a implementação do polo cimenteiro na região tem contribuído para o desenvolvimento do município e trazido grandes benefícios à população, principalmente no tocante a oportunidade de emprego. Com base na opinião dos entrevistados, podemos constatar que a população se mostra favorável à implantação do empreendimento pleiteado.



## 10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, R. C. F. & CASTRO, A. L. (1994). **O exercício da sensibilidade: pesquisa qualitativa e a saúde como qualidade**. Saúde e Sociedade, 3(2), 172.

ALBUQUERQUE, C; MARTINS, M. **Indicadores de desempenho no Sistema Único de Saúde: uma avaliação dos avanços e lacunas**. SAÚDE DEBATE | RIO DE JANEIRO, V. 41, N. ESPECIAL, P. 118-137. 2017.

COSTA, Nilson do Rosário. **Políticas públicas, justiça distributiva e inovação: Saúde e Saneamento na Agenda Social**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1995.

DATASUS - MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). **Cadernos de Informações de Saúde Paraíba**. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/cadernos/pb.htm>>. Acessado em janeiro de 2019.

DNIT – DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. **Mapa multimodal Paraíba 2013**. Acessado em: <<http://www.dnit.gov.br/download/mapas-multimodais/mapas-multimodais/pb.pdf>>. Acessado em: junho de 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acessado em fevereiro de 2019.

IDEME - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL E ESTADUAL. **Atlas do Desenvolvimento Humano**. Disponível em: <[http://ideme.pb.gov.br/servicos/perfis-do-idhm/atlasidhm2013\\_perfil\\_caapora\\_pb.pdf/view](http://ideme.pb.gov.br/servicos/perfis-do-idhm/atlasidhm2013_perfil_caapora_pb.pdf/view)>. Acessado em janeiro de 2019.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária (2017)**. Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acessado em: junho 2019.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/resultados-e-resumos>>. Acessado em janeiro de 2019.

MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Relatórios de Informações Sociais**. Secretaria de Gestão da Informação/SAGI, 2018.

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Disponível em: <<https://www.who.int/eportuguese/onlinelibraries/pt/>>. Acessado em fevereiro de 2019.

PATTON, MQ. **Qualitative research and evaluation methods**. London: Sage Publications; 2002.





PUNTEL, J. A, et al. **Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo**. Circuito de Debates Acadêmicos. IPEA, 2011.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento – includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 1986.

SAGI/MDS. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Relatórios e Boletins de Informações Sociais**. Disponível em:  
<<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>>. Acessado em: março de 2019.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. Ed. Hucitec, São Paulo, 1988.

WOOD, Charles H. & Carvalho, José A.M. de. **A Demografia da Desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro: 27ª Série PNPE / IPEA, 1994.



**FLOREST**  
CONSULTORIA E ENGENHARIA

## ANEXO



**QUESTIONÁRIO PEQUENOS PROPRIETÁRIOS/PRODUTORES**

Nome do Proprietário(a) \_\_\_\_\_ (opcional)

☐ PROPRIETÁRIO ☐ OCUPANTE ☐ ARRENDATÁRIO ☐ PARCEIRO

Quanto tempo está na localidade? \_\_\_\_\_ Quantas pessoas moram? \_\_\_\_\_

Tamanho da Propriedade \_\_\_\_\_ Hectares

Dispõe de Energia Elétrica? \_\_\_\_\_ ☐ SIM \_\_\_\_\_ ☐ NÃO

Dispõe de Sistema de Esgoto? \_\_\_\_\_ ☐ SIM \_\_\_\_\_ ☐ NÃO

Dispõe de Coleta de Lixo? \_\_\_\_\_ ☐ SIM \_\_\_\_\_ ☐ NÃO

Agricultor(a) Familiar \_\_\_\_\_ ☐ SIM \_\_\_\_\_ ☐ NÃO

Realiza outras atividades de trabalho? \_\_\_\_\_ ☐ SIM \_\_\_\_\_ ☐ NÃO

QUAL (IS) \_\_\_\_\_

Quais os principais cultivos da/na propriedade e como é o uso do solo?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Se utiliza de mão de obra familiar na produção?

☐ SOMENTE MÃO DE OBRA FAMILIAR / QUANTOS? ( \_\_\_\_\_ )

☐ SOMENTE MÃO DE OBRA CONTRATADA/ QUANTOS? ( \_\_\_\_\_ )

☐ MÃO DE OBRA CONTRATADA E FAMILIAR / QUANTOS? ( \_\_\_\_\_ )

☐

Faz parte de algum Sindicato e/ou Associação de Produtores Rurais?

☐ SIM ☐ NÃO

Em relação ao Uso da Água na propriedade?

☐ SUPERFICIAL ☐ SUBTERRÂNEA

A oferta de água atende sua necessidade atual e/ou futura?

☐ SIM ☐ NÃO

Tem acesso a algum benefício (ASSISTÊNCIA SOCIAL) ou alguma linha de financiamento e/ou crédito rural?

☐ SIM ☐ NÃO

QUAL (IS)?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



Identifica algum membro da localidade como uma Liderança Local?

☐

SIM

☐

NÃO

QUEM? \_\_\_\_\_

Identifica algum conflito em relação ao uso da terra ou água?

☐

SIM

☐

NÃO

QUAL(IS) \_\_\_\_\_

Como avalia a qualidade de vida na localidade (sua e de seus familiares)?

☐

ÓTIMA

☐

BOA

☐

RAZOÁVEL

☐

RUIM

☐

PÉSSIMA

Como avalia as condições do meio ambiente local?

☐

ÓTIMA

☐

BOA

☐

RAZOÁVEL

☐

RUIM

☐

PÉSSIMA

Tinha conhecimento sobre o Polo Cimenteiro de Alhandra e Região?

☐

SIM

☐

NÃO

É afetado(a) diretamente pelas atividades de mineração?

☐

SIM

☐

NÃO

De que forma?

---

---

Como avalia os impactos futuros do(s) empreendimento (s) de mineração no meio ambiente local e na produção agrícola da propriedade e município?

---

---

Tem alguma expectativa sobre o novo empreendimento?

☐

EXPECTATIVA  
POSITIVA

☐

EXPECTATIVA  
NEGATIVA

☐

NENHUMA EXPECTATIVA

---

---



**FLOREST**  
CONSULTORIA E ENGENHARIA



CIMENTO  
**NACIONAL**


## **ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL**

**PROJETO FAZENDA FUGIDA  
CAAPORÃ/PB  
JUNHO/2019**


**ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL PARA A IMPLANTAÇÃO DE DUAS MINAS DE EXTRAÇÃO DE  
CALCÁRIO NO MUNICÍPIO DE CAAPORÃ/PB**

**FICHA TÉCNICA:**

**Cliente/Requerente:** MINERAÇÃO NACIONAL S/A  
**Endereço:** Rodovia PB-044, Pitimbu - PB, 58324-000

**Empresa responsável pela Coordenação e Consolidação do EIA/RIMA:**  
**Razão Social:** FLOREST – Consultoria e Engenharia de Projetos LTDA ME  
**Endereço:** Avenida Mato Grosso, 667 Caixa Postal 0046, Bairro dos Estados, 58030-080, João Pessoa/PB. **Telefones:** (83) 98808-3647  / 99845-0025  
**E-mails:** [florest@outlook.com](mailto:florest@outlook.com)

**Empresas colaboradoras em diagnósticos deste EIA/RIMA:**

**Ruído:** Ambiental 7  
**Endereço:** R. Nossa Sra. dos Navegantes, 521 - Tambaú, João Pessoa - PB, 58039-111  
**Telefones:** (83) [98877-4634](tel:98877-4634)   
**E-mails:** [ambiental7.eng@gmail.com](mailto:ambiental7.eng@gmail.com)

**Ar:** Limnos Hidrobiologia e Limnologia Ltda  
**Endereço:** Av. Prefeito Sebastião Fernandes nº 83 Centro, CEP 33200-000, Vespasiano/MG **Telefones:** (31) 3427 1600 - Fax (31) 3427 4077  
**E-mails:** [limnos@limnos.com.br](mailto:limnos@limnos.com.br)

**Água:** Bioagri Ambiental LTDA  
**Endereço:** Avenida Rinaldo Pinho Alves, 2680, Paulista/PE  
**Telefones:** (81) 3372-8700  
**E-mails:** [falecom.amb.br@mxns.com](mailto:falecom.amb.br@mxns.com)

**Arqueologia:** TRADITIO Arqueologia  
**Endereço:** Rua Pinheiro Machado, 20, Centro – Cruz Alta/RS  
**Telefones:** (55) 99671-0201  
**E-mails:** [almeida.c.thaissa@gmail.com](mailto:almeida.c.thaissa@gmail.com)



## EQUIPE TÉCNICA:

Nome	Formação Acadêmica	Registro Profissional	CTF/IBAMA
MSc. Alfredo N. da Silva Neto	Eng. Agrônomo	CREA/PB 2114813045	7142184
Cleberton da Silva Costa	Biólogo	CRBio 85.162/05-D	5474605
Faynara C. F. Figueiredo	Eng. Ambiental	CREA PB 1616684291	6093846
MSc. Felipe O. Tenório da Silva	Geólogo	CREA-PE 181574970	7324259
Dr. Gustavo A. C. Toledo	Biólogo	67.872/05-D	881693
Esp. Héric C. M. dos Santos	Eng. Florestal	CREA 161038317-6 PB	6266065
MSc. Ícaro de F. Albuquerque	Eng. Ambiental	CREA 161374525-7	7201271
Esp. Igor Feitosa Nogueira	Eng. Ambiental	CREA 161231176-8	5972486
MSc. José H. B. Mantovani	Sociólogo	-	-
MSc. Juan Diego L. de Mendonça	Biólogo	CRBio 107.378/05-D	5728536
Márcia Rodrigues Santos	Arqueóloga	-	5663904
Esp. Mônica Laura C. Ervolino	Assistente Social	CRESS/PB 4537	-
Odilon M. de J. da Silva	Téc. Biotecnologia	CRQ II 02409845	-
MSc. Renan Siqueira	Geólogo	CREA-PE 1814172092	7325499
Renato Magnum T. Costa	Biólogo	CRBio 99772/05-D	5329551
Ricardo T. de Carvalho	Graduando em Eng. Amb e Sanitária	-	-
Salvina Cristina Nunes	Tec. em Química	CRQ MG: 024020150	-
MSc. Sérgio Luiz da S. Muniz	Biólogo	CRBio 85.605/05-D	2137073
Dr. Telton Pedro A. Ramos	Biólogo	CRBio 67.115/05-D	2269976
Thaissa de Castro A. Caino	Arqueóloga	-	7323387
MSc. Thiago C. F. da Silva	Biólogo	CRBio 59.485/05-D	331999
Vitor de A. Lacerda	Eng. Ambiental	CREA/PB 1616429240	7143715
MSc. Wylde da Luz Vieira	Biólogo	CRBio 107.770/05-D	5824129